

V

LEI ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

"Lei nº. 277 de 15 Agosto de 1944"

Em nome da Nação o Congresso da República decreta,
e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1º. - As colónias portuguesas constituem or
ganismos administrativos autónomos, sob a superintendên
cia e fiscalização da metrópole, pela forma prescrita
nas bases anexas à presente lei e que dela fazem parte
integrante.

Art. 2º. - É autorizado o Govêrno, em cumprimento
das disposições desta lei, a decretar os diplomas orgâ
nicos de cada colónia, tendo em vista o seu grau de de
senvolvimento e mais circunstâncias peculiares.

§ único. O território colonial administrado por
companhias privilegiadas continuará regido por disposi
ções especiais.

Art. 3º. - Cada diploma orgânico terá por fundamen
to um projecto elaborado na respectiva colónia.

§ 1º. O projecto a que se refere este artigo será
submetido ao exame do Conselho Colonial, que o deverá
emendar na parte em que ele for contrário à Constitui
ção da República, a esta lei e à lei orgânica da admi
nistração financeira das colónias, propondo ainda as al
terações que julgue necessárias ao bom funcionamento e
melhor interpretação do que nele se consignar.

§ 2º. O projecto, assim revisto ou emendado pelo Conselho Colonial, será sujeito à apreciação do Ministro das Colónias, que, se com ele concordar, o decretará; se, porém, dele discordar, proporá em Conselho de Ministros as emendas que lhe pretenda introduzir, que não poderão nunca contrariar o preceituado na presente lei, e decretará finalmente o diploma orgânico da colónia com as emendas que tenham sido aprovadas em Conselho de Ministros.

§ 3º. O disposto neste artigo e seus §§ 1º. e 2º. é applicável aos projectos já enviados pelas colónias

§ 4º. Se no prazo dum ano, contado da promulgação desta lei, o Governo não tiver ainda decretado o diploma orgânico dalguma colónia, fica o respectivo governador autorizado a expedir com o voto afirmativo do Conselho do Governo, e de harmonia com as bases anexas, um regulamento orgânico da colónia que entrará em vigor provisoriamente até que o Governo decrete o diploma definitivo.

§ 5º. Se seis meses depois da promulgação desta lei alguma colónia não tiver elaborado em Conselho de Governo o projecto do seu diploma orgânico, elaborá-lo-á o governador; e o projecto, assim elaborado, seguirá os trâmites prescritos nos parágrafos precedentes.

Art. 4º. - A colónia poderá promover qualquer alteração do seu diploma orgânico, pela forma e nos termos consignados no artigo 3º. e seus parágrafos.

Art. 5º. - Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República e publicada em 15 de Agosto de 1914. - Manuel de Arriaga - Bernardino Machado - Eduardo Augusto de Sousa Monteiro - António dos Santos Lucas - António Júlio da Costa Pereira de Eça - Augusto Eduardo Neuparth - Al

fredo Freire de Andrade - João Maria de Almeida Lima -
-Alfredo Augusto Lisboa de Lima - José de Matos Sobral
Cid.

BASES A QUE SE REFERE A PRESENTE LEI

BASE 1ª.

A metrópole exerce a sua função de superintendência e fiscalização no governo e administração das colónias:

1º. Mantendo no território delas a soberania nacional, e o exacto cumprimento das leis e mais determinações dos poderes competentes;

2º. Legislando, sempre que o Congresso o julgue conveniente;

3º. Legislando por meio de decretos do Poder Executivo, sobre os assuntos que excedam a competência dos governos locais, nos casos em que a Constituição o permite;

4º. Concedendo ou negando aprovação às resoluções dos governos locais, que não tenham por si próprias força executória;

5º. Modificando ou suspendendo as deliberações dos Conselhos de Governo com força executória, nos casos de signados nesta lei;

6º. Resolvendo definitivamente sobre os assuntos a respeito dos quais os governadores das colónias hajam

discordado das deliberações dos Conselhos de Govêrno;

7º. Fazendo as nomeações de pessoal e adoptando ou tras medidas de carácter executivo, quando estas e aque las excedam a competência dos governos locais;

8º. Orientando, superiormente, a marcha geral da administração ultramarina, principalmente nos assuntos que envolverem interesses da metrópole, de mais duma co lónia ou relações internacionais; mas respeitando sempre as faculdades que, para se governarem e administra rem a si próprias, hajam sido concedidas às colónias pe las suas leis orgânicas.

BASE 2ª.

O Govêrno da metrópole não tomará providências de carácter legislativo ou regulamentar, sobre assunto que directamente interesse alguma colónia, sem a informação do govêrno desta, a não ser quando da falta de tais pro vidências resulte prejuízo irreparável.

BASE 3ª.

O Conselho Colonial será sempre ouvido sobre todos os assuntos a respeito dos quais os governadores das co lónias hajam discordado das deliberações dos Conselhos de Govêrno e sobre os que, por excederem as atribuições dos govêrnos locais, hajam de ser objecto de disposi ções legislativas ou regulamentares do Govêrno da metrô pole.

BASE 4ª.

O Conselho Colonial terá todas as atribuições que lhe conferirem as leis orgânicas das colónias, além das

que, conferidas por outras leis, não contrariem aquelas.

Como tribunal do contencioso administrativo, as suas decisões sobre recursos da sua competência são definitivas.

BASE 5ª.

Considera-se subsistente a actual divisão provincial do território ultramarino.

BASE 6ª.

Cada uma das colónias será superiormente administrada, segundo a lei e o bem público, por um governador, o qual exerce esta função directamente ou por intermédio de funcionários seus subordinados, e com a colaboração de corpos, cujo número, constituição e competência podem variar de colónia para colónia, mas incluindo sempre representantes da população local.

O governador, no exercício das suas atribuições, expede portarias, cujo preceito será, em regra, precedido de preâmbulo justificativo.

BASE 7ª.

A nomeação do governador recairá em indivíduo reconhecidamente competente, de mérito já revelado no desempenho de funções públicas ou no estudo dos assuntos coloniais. A sua comissão durará, em regra, por tempo determinado, variável de colónia para colónia.

Na falta, impedimento transitório ou ausência do governador faz as suas vezes nos casos ocorrentes, e até resolução do Ministro das Colónias, o vice-presidente do Conselho de Governo.

BASE 8ª.

Terão o tratamento de governador-geral os governadores de Angola, Moçambique e Estado da Índia, e o de governador de província os das restantes colónias.

Os governadores-gerais têm, no território da respectiva colónia, as honras de Ministros; os demais governadores de província as honras de general comandante de divisão e de vice-almirante comandante de esquadra. Uns e outros têm precedência sobre todos os funcionários civis ou militares que sirvam ou por outros motivos estacionem no território, ou por ele transitem, excluindo o Chefe do Estado.

BASE 9ª.

O governador-geral ou de província é directamente subordinado ao Ministro das Colónias, e responde pelos seus actos civil e criminalmente.

As acções civis, comerciais e criminais em que seja réu o governador, só poderão ser, enquanto dure o seu governo, instauradas na comarca de Lisboa, respectivamente, na 1ª. vara cível ou comercial e no 1º. juízo de investigação criminal, salvo quando para o julgamento da causa seja competente outro tribunal da metrópole ou de diversa colónia. O depoimento do governador, em juízo, como parte ou testemunha, quando prestado na respectiva colónia, será efectuado na sua residência, nos termos do artigo 266º., nº. 2º., do Código do Processo Civil.

BASE 10ª.

O governador da colónia é, nela, o agente e o representante do Governo da metrópole, e a superior autoridade, tanto civil como militar. Exerce as atribuições do Poder Executivo, nos termos e com as limitação desta lei.

BASE 11ª.

Compete ao governador, como agente e representante do Governo da metrópole, representar a soberania nacional, fiscalizar a acção das companhias privilegiadas e fazer que elas cumpram as suas obrigações, dar execução escrupulosa e diligente, às ordens e instruções do Governo da metrópole, tê-lo ao corrente dos casos e assuntos que se relacionem com a administração da colónia, e relatar acerca dela periodicamente.

Só o governador poderá corresponder-se directamente com o Governo da metrópole, salvo nos casos seguintes:

O auditor fiscal e os funcionários pelo Governo encarregados de sindicâncias ou de inspecções que ao Governo tiverem de apresentar, directamente, relatórios do exercício da missão de que estiverem incumbidos, enviarão, simultâneamente, cópias autênticas desses relatórios ao governador e nenhuma outra correspondência lhes será permitida, com o Governo da metrópole, que não seja feita por intermédio do governador.

BASE 12ª.

Compete ao governador da colónia, como chefe do Poder Executivo, e superior autoridade civil, por si ou com o concurso do Conselho de Governo, nos termos desta lei:

1ª. Representar a colónia, pessoalmente ou por delegação, em todos os actos e contratos de carácter geral, que interessam directamente ao seu governo e administração, e em que ela haja de figurar como pessoa moral;

2ª. Negociar, previamente autorizado, conforme as instruções que lhe forem transmitidas, convenções e acordos com os governos doutras colónias, nacionais ou estrangeiras, e receber destas, ou para elas expedir,

rogatórias para diligências judiciais;

3º. Declarar e manter, pelo tempo absolutamente indispensável, o estado de sítio em qualquer parte do território da colônia, no caso de agressão estrangeira ou de grave perturbação interna, dando imediata conta ao Governo;

4º. Exercer atribuições de polícia geral, incluindo a fiscalização sobre estrangeiros, e a faculdade de recusar a entrada ou ordenar a expulsão deles, ou de nacionais, em algum dos casos seguintes:

a) Quando da sua presença possam resultar alterações da ordem pública, ou outros graves inconvenientes, quer de ordem pública interna, quer de ordem internacional;

b) Quando sejam indivíduos que tenham sofrido já condenações por crimes a que correspondam penas maiores, ou vadios, ou mendigos, ou que não tenham meios de subsistência, nem estejam em condições de se angariar, excepto sendo reconhecidos emigrados políticos ou indivíduos que estejam na colônia em cumprimento de pena ou que nela tenham de entrar para o mesmo fim;

c) Quando sejam alienados, ou sofram de doença cuja difusão convenha evitar e só nas colônias onde ainda não houver hospitalização adequada ao seu internamento e isolamento.

Nas expulsões de estrangeiros respeitar-se-ão as convenções e práticas internacionais, quando as houver.

A expulsão de nacionais far-se-á somente com o voto afirmativo do Conselho do Governo e por tempo determinado, para outro lugar da colônia se bastar, ou, sendo necessário, para outra parte do território nacional.

Sempre que os expulsos não respeitem a ordem da expulsão, voltando de novo à colônia, ou ao lugar dela donde foram expulsos, sem consentimento do governador, serão processados e condenados por desobediência e de

novo expulsos depois de soffrerem a pena.

5º. Exercer, por si ou pelos governadores de districto, acção tutelar sobre os corpos administrativos;

6º. Dissolver os corpos e comissões administrativas, na parte eleita, mas só em alguns dos seguintes casos:

a) Quando por culpa sua não submeterem à approvação superior, nos prazos e termos legais, os seus orçamentos;

b) Quando, sem motivo justificado, não prestem contas das suas gerências nos termos legais;

c) Quando, depois de advertidos, deixem de tomar as deliberações indispensáveis ao desempenho dos seus deveres ou quando falem à obediência legalmente devida às autoridades públicas;

d) Quando, por via de inquérito ou sindicância, se mostre que a sua gerência é nociva aos interesses dos seus administrados e às conveniências da administração pública.

A dissolução não prejudica nem o emprego dos meios administrativos para corrigir os abusos que a motivaram nem o procedimento judicial contra os actos que envolvam criminalidade ou responsabilidade civil.

Na portaria que determinar a dissolução declarar-se-ão os factos ou omissões que lhe deram causa e se mandará proceder a nova eleição em prazo não excedente a seis meses.

Os vogais do corpo ou comissão dissolvida são inelegíveis para eles na primeira eleição a que se proceder, ficando, todavia, exceptuados deste preceito os vogais que assinarem vencidos as deliberações que motivarem a dissolução ou que, em sessão pública e em tempo competente, tiverem protestado contra a falta de cumprimento da lei.

Os membros eleitos dos corpos e comissões dissolvi

das serão substituídos por indivíduos nomeados pelo governador da colónia, até tomarem posse os novos membros eleitos.

7º. Suspender, quando ocorrerem razões graves, a execução de posturas, regulamentos ou outros diplomas de carácter fiscal, policial ou meramente administrativo, elaborados ou mandados executar pelos corpos e comissões administrativas, ainda depois da aprovação das estações tutelares competentes;

8º. Garantir a liberdade, plenitude e independência de funções das autoridades judiciais;

9º. Nomear, promover, transferir dentro da colónia, aposentar e exonerar, nos termos legais, todos os funcionários públicos da colónias, não exceptuados na base 50ª.;

10º. Distribuir nos termos legais os funcionários pelas comissões ou serviços segundo as respectivas nomeações, e nos mesmos termos exercer sobre eles acção disciplinar, excluída a demissão para os que não tiverem sido por ele nomeados, continuando em vigor as disposições actuais quanto aos juizes.

BASE 13ª

Como primeira autoridade militar da colónia compete ao governador exercer, duma maneira geral, as attribuições e competência disciplinar de general comandante de divisão e de vice-almirante comandante de esquadra; superintender nas operações de guerra em que forem empregadas forças militares, terrestres ou navais, em serviço na colónia e na distribuição do pessoal militar, pelas diversas comissões de serviço público que lhe competirem; e resolver sobretudo o que lhe respeite e não interesse, directa ou conjuntamente, a outra colónia ou a metrópole.

BASE 14ª.

Compete ao governador, com o voto afirmativo do Conselho de Governo, mas observado o disposto nas bases 19ª. e 28ª.:

1º. Estabelecer ou modificar a divisão territorial da colônia; dar a categoria de cidade ou vila às povoações que se distinguirem pela importância da sua população, comércio ou indústria; designar ou transferir as cabeças de distrito, concelho ou outra circunscrição administrativa; estabelecer ou alterar os limites das povoações, e agrupá-las ou separá-las para efeitos administrativos ou fiscais;

2º. Regulamentar o funcionamento do Conselho de Governo e doutros corpos, comissões e tribunais administrativos;

3º. Organizar os quadros dos serviços da colônia, fixando os vencimentos do pessoal, as condições de admissão e promoção, e outras conexas;

4º. Regulamentar a execução das leis, decretos e mais diplomas emanados da metrópole, que disso careçam; adoptar outras disposições de execução permanente tendentes a melhorar a administração, valorizar os recursos do território, regular o exercício dos diversos ramos da actividade pública, e promover o progresso material e moral da colônia; estatuir, em geral, sobre todos os casos e assuntos que à colônia digam respeito.

Os diplomas promulgados no uso desta competência poderão cominar aos delitos e contravenções prisão correcional até dois anos, multas correspondentes nos termos do artigo 67º. do Código Penal, e expulsão por tempo determinado observando-se, quanto a esta e em relação a nacionais que não tenham respeitado a ordem de expulsão, o estabelecido na parte final do nº. 4º. da base 12ª.

Sempre que se disponha sobre matéria em relação à

qual diplomas da metrópole hajam admitido para as multas limites superiores aos acima indicados, as multas a estabelecer nos diplomas da colónia poderão atingir, mas não exceder, esses limites.

BASE 15ª.

Relativamente à organização, aprovação e execução do orçamento, lançamento, alteração ou supressão de taxas e impostos, empréstimos, regime monetário e fiduciário, e outros assuntos de carácter financeiro, a competência dos governadores é a estabelecida na lei orgânica da administração financeira das colónias e nos diplomas que a regulamentarem.

BASE 16ª.

O governador da colónia, por si e por intermédio dos funcionários seus subordinados, é o protector nato dos indígenas da colónia, quer na colónia permaneçam quer só eventualmente estejam fora dela e ainda daqueles que, não sendo da colónia, nela se encontrem ou aí venham a estabelecer-se, competindo-lhe, especialmente, no exercício desta função:

1º. Dirigir as relações políticas com os chefes indígenas e agrupamentos sob a sua dependência, de maneira a conseguir e manter, tanto quanto possível por meios pacíficos, a submissão deles, e a sua integração na vida geral da colónia;

2º. Definir e regular o estatuto civil, político e criminal desses indígenas, e fiscalizar, superiormente, a observância das leis e preceitos tendentes à defesa de suas pessoas e propriedades, singulares ou colectivas;

3º. Lançar o imposto denominado indígena, pela forma que melhor se coadune com o estado social, os usos e

costumes dos indígenas, e mais circunstâncias atendíveis, devendo uma determinada percentagem do produto anual des se imposto ser aplicada a melhoramentos materiais que interessem ao indígena e às suas condições de vida, a que se refere o número seguinte desta base;

4^a. Promover o melhoramento das condições materiais da vida do indígena, o aperfeiçoamento das suas aptidões e faculdades naturais, e, duma maneira geral, a sua instrução e progresso.

BASE 17^a.

As leis e outras disposições exclusivamente adoptadas para indígenas, só são applicáveis aos indivíduos na turais da colónia ou nesta habitando, assim considerados por deliberação do Conselho de Governo. Todos os ou tros indivíduos são isentos dessa applicação e têm garan tido o pleno uso de todos os direitos civis e políticos, concedidos pelas leis em vigor.

BASE 18^a.

Na definição do estatuto civil, político e criminal dos indígenas observar-se-ão as seguintes regras:

1^a. Poderão ser objecto de medidas especiais de protecção nos seus actos e contratos, especialmente nos que envolverem prestação de serviços, emgajamento e emigração para fora das terras em que habitualmente vivem, ou respeitarem à constituição da família, ou à constituição, uso ou alienação da propriedade;

2^a. As relações civis entre eles serão reguladas pelos usos e costumes privativos, em tudo o que não for contrário aos direitos fundamentais da vida e da liberdade humana; as alterações desses usos e costumes, com o fim de os melhorar, só serão introduzidas gradualmente, e de forma a serem cabalmente compreendidas e assimiladas;

3º. Não lhes serão, em regra, concedidos direitos políticos em relação a instituições de carácter europeu.

Sempre, porém, que nos usos ou tradições da raça, tribu, ou outros agrupamentos indígenas, subsistir a noção ou a prática de instituições próprias, embora rudimentares, tendentes a deliberar em comum, ou a fazer intervir, por outra maneira, a opinião e a vontade da maioria dos indivíduos no governo do agrupamento, ou na administração dos seus interesses colectivos, procurar-se-á manter e aperfeiçoar tais instituições, orientando-as gradualmente, a bem do desenvolvimento do território e da administração geral da colónia;

4º. Na definição e punição dos crimes, delitos e contravenções dos indígenas, ter-se-ão em especial consideração os seus usos e costumes privativos, e o conceito em que forem tidos os factos correspondentes. As penas applicáveis poderão diferir, na essência e modo de execução, das estabelecidas para europeus e equiparados, sendo permitida a prisão com trabalhos públicos, remunerados ou não conforme as circunstâncias, e respeitando-se, em todos os casos, os princípios da humanidade e civilização;

5º. Na administração da justiça poderá admitir-se que nas funções de julgar sejam investidos funcionários ou tribunais especiais, ou os chefes administrativos locais, assistidos de grandes (indígenas), letrados conhecedores da lei especial, ou outros indivíduos de respeito e consideração no seu meio;

6º. Em matéria de processo civil e criminal, adoptar-se-ão disposições simples, de fácil compreensão, adequadas às condições especiais da vida do indígena, e que assegurem uma rápida e honesta administração da justiça, devendo ter-se em atenção o princípio a que se refere o artigo 1º. do decreto de 14 de Outubro de 1913, onde se determina que se fixe a importância da reparação à vítima do delito, quando for caso disso, independentemen-

te da intervenção desta como parte acusadora.

7º. Dever-se-á proceder em cada colónia, no mais breve espaço de tempo, à codificação dos usos e costumes dos indígenas e à preparação e adopção dos diplomas especiais que, nos termos desta lei, lhes devam ser applicados.

BASE 19ª.

Não é permitido ao governador, nem mesmo com o voto affirmativo do Conselho de Governo:

1º. Alterar o disposto nesta lei, na lei orgânica da administração financeira e nos decretos que regularem a applicação delas e estatuir em contravenção dos direitos civis e políticos dos cidadãos;

2º. Alterar os limites da colónia, alienar a propriedade ou o uso dalguma parte do seu território em favor de nação ou de colónia estrangeira, declarar a estas a guerra ou concluir a paz;

3º. Fazer concessões que envolvam direitos de soberania, ou quaisquer outras além de limites a fixar para cada colónia;

4º. Modificar, protelar ou desatender, a respeito das decisões dos tribunais civis, militares, administrativos ou fiscaes, transitadas ou não em julgado, as condições legais de execução ou seus legais efeitos;

5º. Alterar a organização do Poder Judicial;

6º. Suspender juizes do seu exercício e vencimentos;

7º. Perdoar, minorar ou comutar penas e conceder amnistias, excepto relativamente às penas applicáveis a indígenas, para os quais o governador terá a competência designada nos respectivos códigos.

Os actos ou decisões do governador em contrário do

preceituado nesta base serão desde logo tidos como in-existent, e não poderão ser invocados nos tribunais ou repartições públicas.

BASE 20ª.

O governador pode, em qualquer tempo, revogar ou re-formar as suas portarias e despachos, sem prejuízo dos direitos adquiridos ou reconhecidos pelos tribunais.

Os actos administrativos do governador podem ser a-nulados ou alterados pelo Conselho Colonial sob recur-so dos interessados, nos casos de incompetência, exces-so de poder, violação de leis ou regulamentos e ofensa de direitos adquiridos.

BASE 21ª.

Os serviços da administração geral da colónia serão divididos e tratados por secretarias distintas, com se-de na capital, tendo os funcionários delas encarregados o nome de chefes de serviço da colónia.

Poderão variar, duma para outra colónia, o número dessas secretarias e a distribuição por elas dos diver-sos serviços, tendo-se em vista o seu actual ou prová-vel desenvolvimento e o rápido e consciencioso estudo e resolução dos assuntos, mas sempre sem aumentar o pesso-al além do absolutamente indispensável. Nos diplomas or-gânicos das colónias e em regulamentos especiais se es-tabelecerão as condições de nomeação dos chefes de ser-viço, duração dos seus empregos, atribuições e mais dis-posições correlativas.

Os chefes de serviço são os agentes imediatos do go-vernador na administração da colónia e seus subordina-dos; com ele despacham directamente, e em nome dele ex-pedem as ordens e instruções convenientes à boa execu-ção dos serviços respectivos.

O governador poderá, por despacho publicado, dele-gar nos chefes de serviço a resolução dalguns dos assun-

tos que corram pelas respectivas secretarias, o que não o isenta da responsabilidade pelas resoluções por elles tomadas.

Os chefes de serviço não podem corresponder-se directamente com as secretarias de Estado, nem estas com elles.

BASE 22ª.

Em cada colónia, e como primeiro e principal órgão de administração, depois do governador, funcionará regularmente, em assídua colaboração com elle, um corpo denominado Conselho de Governo, com a constituição e competência definidas nas seguintes bases.

BASE 23ª.

Os Conselhos de Governo são constituídos por habitantes da colónia, funcionários e não funcionários. Cabe especialmente aos membros não funcionários, como representantes da população, promover e defender os interesses legítimos desta e exprimir a opinião pública da colónia, e aos membros funcionários a exposição e elucidação técnica dos assuntos e a acção ponderadora das tradições e normas administrativas; mas deve a função duns e doutros combinar-se, por maneira normal e contínua, no sentido do bem comum da colónia e do progresso material e moral dela.

A proporção entre o número dos membros funcionários e não funcionários varia de colónia para colónia, segundo o seu desenvolvimento e número presumível de pessoas aptas para exercerem tais funções, e variará em cada colónia, elevando-se gradualmente, a par do desenvolvimento dela, mas o número dos não funcionários não excederá dois terços do número total.

BASE 24ª

Na composição dos Conselhos de Governo observar-se-ão as seguintes regras:

1ª. Os membros funcionários serão designados de entre os chefes de serviços da colónia e os magistrados do Ministério Público; na falta, ausência ou impedimento de qualquer deles será chamado quem o substituir legalmente no respectivo cargo;

2ª. Os membros não funcionários serão designados por eleição, embora os corpos ou colégios eleitorais variem de colónia para colónia, devendo estes ser compostos por indivíduos com um mínimo de habilitações literárias ou censíticas a determinar, representantes de estabelecimentos, corpos e corporações administrativas ou associações de classe, de modo a obter-se uma representação quanto possível exacta dos diversos grupos ou profissões, e dos interesses predominantes da população ou da colónia. Poderão ser declarados vogais natos dos Conselhos de Governo, entre outros membros não funcionários, os presidentes das câmaras municipais, os respectivos vereadores, ou ainda os presidentes das associações ou corporações com função importante na vida económica da colónia. Nas colónias em que isso for julgado conveniente poderão os membros não funcionários ser eleitos por colectividades, classes ou agrupamentos locais ou pelo próprio Conselho de Governo.

Fica entendido que a qualidade de estrangeiro não será motivo de exclusão dos corpos eleitorais referidos neste número, quando acompanhada da residência habitual na colónia por tempo não inferior a cinco anos e da condição de saber ler e escrever o português;

3ª. Só podem fazer parte dos Conselhos de Governo indivíduos de maioridade, de nacionalidade portuguesa, e os naturalizados cinco anos depois da naturalização, devendo uns e outros saber ler e escrever o português.

4º. As funções de membros dos Conselhos de Governo são obrigatórias, conforme se estabelecer nos diplomas orgânicos, para todos os indivíduos considerados elegíveis, e exercidas sem remuneração da Fazenda Pública, salvo o disposto no nº. 1º. da base 26ª.;

5º. Poderá ser permitida a reeleição dos membros dos Conselhos de Governo.

BASE 25ª.

Quanto ao funcionamento dos Conselhos de Governo, observar-se-ão as seguintes regras:

1º. A presidência compete ao governador ou encarregado do Governo da colônia, mas quando este não possa, ou entenda não dever, por qualquer motivo, assumi-la, exerce-a um vice-presidente, nomeado anualmente de entre os membros do Conselho pelo governador da colônia, sobre proposta, em lista tríplice, apresentada pelo próprio Conselho de Governo;

2º. Salvo o estabelecido no número anterior, não haverá precedências entre os membros dos Conselhos de Governo, sejam ou não funcionários;

3º. Os Conselhos de Governo terão um ou dois períodos de sessões ordinárias em cada ano, podendo, também, reunir-se em sessões extraordinárias por motivos importantes e urgentes, mas cada uma destas finda logo que o Conselho haja deliberado sobre o assunto que determinou a convocação;

4º. O Conselho de Governo não funcionará sem que estejam presentes a metade e mais um dos membros que o compõem, incluindo o presidente ou vice-presidente. As deliberações só produzirão efeito quando sobre elas recair o voto afirmativo da maioria dos membros presentes;

5º. As sessões do Conselho de Governo, quando ele assim o delibere, poderão ser chamados a prestar escla-

recimentos sobre assuntos da sua especial competência, mas sem voto, quaisquer funcionários públicos ou outros indivíduos;

6º. O presidente convoca as reuniões do Conselho, regula a marcha dos seus trabalhos e tem, em caso de em pate, voto de qualidade, se dele quiser usar.

Não são válidas nem produzem efeitos de qualquer ordem as reuniões do Conselho que não sejam precedidas de convocação feita pelo presidente em exercício, com a indicação do local e hora em que devam realizar-se.

Se o presidente não concordar com as opiniões emitidas, e não quiser, por isso, desempatar em favor de qualquer delas, votará como entender, ou não votará, ficando o assunto pendente para outra sessão, com intervalo não superior a oito dias; e se nessa sessão houver ainda empate, considerar-se-á rejeitada a proposta.

Parecendo ao governador que a solução, explícita ou implicitamente adoptada, é contrária aos interesses públicos, poderá sobrestar na execução dela, comunicando as razões da sua divergência ao Governo da metrópole. Poderá ainda o governador, sem usar imediatamente dessa faculdade, reservar-se para se pronunciar sobre o assunto dentro dum período de tempo não superior a quinze dias, a contar da data em que tiver lugar a votação.

Em geral a iniciativa de apresentação de propostas para a discussão em Conselho de Governo pertence ao governador, mas qualquer membro do Conselho pode também apresentar propostas sobre assuntos de interesse para a colónia sem prejuízo da discussão das que forem apresentadas pelo governador, contanto que não envolvam aumento de despesa, salvo se, neste caso, forem acompanhados de disposições efectivas sobre criação de receita para fazer face para essa despesa;

7º. As sessões dos Conselhos de Governo em que eles não exerçam funções meramente consultivas serão públicas, por via de regra, e das suas actas, logo impressas, se fará distribuição regular e expedita em anexo ao Bo-

letim Oficial da colônia;

8º. Só o Governo da metrópole é competente para dissolver a parte eleita dos Conselhos de Governo, no caso de ofensa da autoridade superior da colônia ou dos poderes constituídos, desobediência às determinações destes ou às leis, insistente perturbação da marcha regular dos trabalhos, ou acentuada indiferença ou desleixo no exercício das suas funções. O governador pode, com o voto afirmativo do Conselho e nos casos acima especificados, inibir qualquer dos seus membros de tomar parte nas respectivas sessões durante um período não excedente, de cada vez, a vinte dias, devendo ser chamado a substituí-lo o respectivo substituto;

9º. Nas colônias em que, pelo grande número de membros do Conselho, ou pela dificuldade em os reunir fora dos períodos normais de sessão, assim convier, terá ele, para funcionar no intervalo desses períodos, uma comissão permanente, formada por membros funcionários e não funcionários eleitos entre si e na proporção em que existem no Conselho de Governo.

A comissão permanente tem a mesma competência que o Conselho de Governo, sem prejuízo da convocação extraordinária deste, sempre que o governador entenda que ela é exigida pela importância ou gravidade dos casos a resolver.

BASE 26ª.

Além das regras gerais estabelecidas nas bases antecedentes, observar-se-ão também, na constituição dos Conselhos de Governo das diversas colônias, as seguintes regras especiais:

1º. Nas colônias divididas em distritos serão estes representados sempre nos Conselhos de Governo por membros eleitos em cada distrito. Poderá, também, nessas colônias e em quaisquer outras, dar-se representa-

ção especial a agrupamentos constituídos por um ou mais concelhos, cidades, vilas ou aldeias, ou por outras porções de território com identidade ou afinidade de interesses.

Aos representantes dessas divisões ou fracções territoriais, que não residam habitualmente na sede do Conselho de Governo, serão concedidos um subsídio diário, durante o período das sessões, e indemnização das despesas de transporte.

2º. No Conselho de Governo de Macau a sua população será representada por vereadores municipais ou por vogais análogamente eleitos, e por dois representantes da comunidade chinesa, com residência na colónia por tempo não inferior a oito anos, escolhidos pelo Governo da Colónia;

3º. No Conselho de Governo de Timor dar-se-á representação especial, pelo menos, à classe dos agricultores.

BASE 27ª.

Os Conselhos de Governo têm competência consultiva ou deliberativa, segundo os casos, sobre a administração da respectiva colónia.

Consultam quando para isso forem solicitados pelo governador, o qual deverá ouvi-los em todos os casos graves ou importantes, especialmente nos abrangidos pelos nºs. 2º., 3º. e 7º. da base 12ª.

Deliberam quando o governador da colónia exerça a atribuição do § 4º. do artigo 3º. desta lei, dos nºs. 4º. e 6º. da base 12ª., sobre os assuntos da base 14ª., dos nºs. 2º. e 3º. da base 16ª. e da base 17ª., que obrigatoriamente lhes serão sujeitos.

Compete, também, aos Conselhos de Governo:

1º. Deliberar sobre a distribuição pelos distritos ou outras divisões administrativas dos fundos consi

gnados no orçamento geral da colónia para a execução de obras, melhoramentos ou outros serviços especiais;

2º. Deliberar sobre a execução de projectos de obras, melhoramentos ou serviços, sempre que ela implique despesa superior à quantia limite da competência do governador por si só, a qual variará de colónia para colónia; aprovar os contratos gerais que essa execução exigir, dotar e regular os serviços de conservação, exploração ou aproveitamento, sem prejuízo das atribuições conferidas aos conselhos de distrito ou de administração, comissões de melhoramentos e análogas organizações administrativas;

3º. Dirigir, por intermédio do seu presidente em exercício, ou em virtude de deliberação de dois terços dos seus membros, representações ao Governo da metrópole ou ao Congresso da República, sobre todos os assuntos de interesse para a colónia.

BASE 28ª.

As deliberações dos Conselhos de Governo são executórias e obrigam no território da respectiva colónia, salvo o disposto nesta lei.

Não são, porém, executórias, sem a aprovação da metrópole, as deliberações que versem sobre algum dos seguintes assuntos:

1º. Organização e constituição dos tribunais e repartições de justiça, sua competência e atribuições, direitos e deveres dos seus funcionários, exceptuada a parte privativa da administração da justiça aos indígenas;

2º. Organização e reorganização total ou parcial de serviços gerais da colónia quando duma ou outra resulte aumento do número de funcionários da colónia ou agravamento da despesa total orçada com vencimentos a eles atribuídos.

Exceptua-se a criação dos serviços ou a admissão de pessoal que eventualmente se destinem a atender a necessidades imprevistas e passageiras da administração da colônia, entendendo-se, porém, que tais medidas caducam com o prazo para que foram autorizadas, salvo se a sua inclusão no orçamento seguinte for sancionada, em tempo competente, pela metrópole;

3º. Execução de obras, melhoramentos e serviços públicos, e aquisição de materiais, quando a respectiva importância exceder 3 por cento da receita da colônia, ou 60.000\$ naquelas em que tal percentagem produzir quantia superior;

4º. Concessões de construção ou exploração de cabos submarinos ou comunicações rádio-telegráficas, vias férreas de interesse geral, portos e outras grandes obras públicas, bem como concessão de licenças para o estabelecimento de depósitos de carvão ou outro combustível usado pela marinha mercante ou de guerra.

Nas colônias em cujos Conselhos de Governo o número de membros não funcionários seja inferior ao dos funcionários dependem também da prévia aprovação da metrópole as deliberações que alterem leis em vigor ou decretos com igual força, mas, salvo o prescrito na base 19ª desta lei, estas deliberações poderão ser provisoriamente, até resolução do Governo da metrópole, ao qual logo se dará conhecimento do facto, declaradas em execução em caso de urgência e com o voto afirmativo do Conselho de Governo, quando se preveja que, sem isso, pode haver prejuízo para o imediato progresso e boa administração da província. Nas demais colônias, as deliberações que alterem leis em vigor ou decretos com igual força poderão ser suspensas ou modificadas pela metrópole, dentro do prazo de três meses depois de recebida a comunicação do governador.

Consideram-se aprovadas pela metrópole as deliberações dos Conselhos de Governo submetidas à sua sanção, quando não haja resolvido sobre elas dentro do prazo de

três meses depois de recebidas no Ministério das Colónias. A entrada do processo no Ministério das Colónias será imediatamente comunicada ao governador da colónia respectiva.

BASE 29ª.

Na capital de cada colónia haverá um tribunal privativo para julgar as questões do contencioso administrativo, fiscal e de contas, que será composto por juizes dos tribunais de 2ª. ou 1ª. instância da colónia, pelo auditor fiscal e por membros não funcionários públicos, eleitos pelos comerciantes, industriais, proprietários ou maiores contribuintes, ou escolhidos de entre eles ou de advogados pelo Conselho do Governo em número variável de colónia para colónia, consoante a importância dos serviços que lhe incumbirem.

Farão parte do tribunal no julgamento de questões aduaneiras o empregado superior das alfândegas da colónia, e, quando funcionar como tribunal de contas, o director dos serviços de fazenda.

Representa o Ministério Público junto deste tribunal o Procurador da República, onde o houver, ou o seu delegado.

Ao tribunal compete julgar as questões do contencioso administrativo, incluindo os recursos ou reclamações interpostos dos actos ou decisões de quaisquer autoridades, exceptuando o governador da colónia; as do contencioso de impostos directos ou indirectos, incluindo o contencioso aduaneiro; as contas dos exactores da fazenda da colónia, exceptuando o tesoureiro geral; as dos responsáveis por material; as de corpos, corporações e comissões administrativas; as das associações, estabelecimentos pios e de beneficência; e, na Índia, as das administrações das comunidades e mazanias dos pagodes.

Das suas decisões há recurso para o Conselho Colonial, nos casos e pela forma estabelecidos em diplomas legais e decretos regulamentares.

BASE 30ª.

Além do Conselho do Governo e tribunal do contencioso e de contas, poderão ser instituídos junto dos governos locais outros corpos e comissões especialmente incumbidos do estudo técnico de determinados assuntos, de gerir ou administrar alguns ramos de serviço, ou de, por outra maneira, servirem o bem público e o progresso da colónia, observando-se a tal respeito as seguintes normas:

1ª. Criar-se-ão, apenas, os corpos e comissões absolutamente indispensáveis, definindo-se, com precisão, a sua competência, e evitando-se prejudicar a função superior que no governo e administração da colónia foi reconhecida aos corpos e tribunal instituídos nas bases anteriores, e invadir as suas atribuições essenciais;

2ª. Sempre que seja possível, dar-se-á representação em tais corpos e comissões aos habitantes da colónia mais directamente interessados no tratamento e resolução dos respectivos assuntos ou questões;

3ª. Esses corpos e comissões poderão ser dotados de receitas próprias e de capacidade para as administrarem, sob a superintendência do governo local.

BASE 31ª.

O território da colónia será dividido e subdividido em áreas administrativas, tendo em conta o relevo orográfico, as linhas de água, vias de acesso, distribuição étnica ou política dos povos indígenas, e quaisquer circunstâncias capazes de influir na valorização dos seus recursos, de maneira que essas áreas possam constituir unidades económicas e administrativas, com organização própria e relativa autonomia.

Na divisão do território e definição do regime a aplicar às suas diversas áreas administrativas, obser-

var-se-ão ainda as seguintes regras especiais:

1º. Quando a vastidão do território ou outras circunstâncias o recomendem, será ele dividido, no todo ou em parte, em distritos. As colônias não divididas em distritos, os distritos das que o forem, e a parte do território destas, não abrangida na divisão distrital, poderão ainda ser divididas em outras áreas sujeitas a diferentes regimes administrativos;

2º. As áreas administrativas que abrangam as povoações sedes de governo de colônia ou de distrito, ou outras povoações importantes pela aglomeração da população branca ou assimilada, ou pelo desenvolvimento comercial ou industrial, e ainda as áreas em que a população indígena tenha atingido um grau apreciável de instrução e de progresso, terão a designação de concelhos, aplicando-se-lhes um regime puramente civil;

3º. As áreas administrativas em que habitem povos indígenas completamente dominados e pacificados, mas não civilizados, serão designadas como circunscrições civis, aplicando-se-lhes um regime civil menos avançado que o de concelho;

4º. As áreas administrativas que abrangam povos indígenas ainda não inteiramente pacificados constituirão capitánias-mores ou comandos militares, que devem ir sendo substituídos por circunscrições civis, à medida que se for completando a pacificação dos mesmos povos;

5º. Os concelhos poderão ainda repartir-se em áreas correspondentes a bairros ou aldeias, freguesias ou localidades, também organizadas administrativamente; a circunscrição civil em delegações, divisões ou postos civis diversos; as capitánias-mores e comandos militares em postos militares; podendo, tanto estas repartições como as da circunscrição, abranger um ou mais agrupamentos étnicos ou políticos de indígenas, a cujos chefes será, quando convier, atribuída uma função administrativa, embora rudimentar, na respectiva área ter-

ritorial;

6º. Enquanto as necessidades de administração da colônia o exigiam, poderão manter-se divisões territoriais diversas das definidas nos nºs. 2º., 3º. e 4º. desta base, e cujos chefes, sob qualquer designação, reunam atribuições de administração civil com outras de polícia terrestre ou marítima ou de fiscalização de certos serviços;

7º. Excepcionalmente transitòriamente, poderá parte do território sob administração civil ser submetida ao regime do comando militar, para fins especiais de manutenção da soberania, restabelecimento da ordem e outros análogos.

BASE 32ª.

Haverá um governador em cada distrito, menos no da capital da província, onde as funções correspondentes serão exercidas pelo governador-geral. Os governadores de distrito serão nomeados pelo Govêrno da metrópole, sob proposta do governador-geral.

A comissão de governador de distrito applica-se mutatis mutandis, o que ficou disposto na base 7ª.

Por quaisquer actos cometidos ou julgados durante o exercício das suas funções, o governador de distrito responderá perante o tribunal da capital da colônia, e dentro do seu distrito goza das prerrogativas declaradas na base 9ª. Esta disposição é da mesma forma applicável aos governadores dos territórios das companhias privilegiadas.

BASE 33ª.

O governador de distrito está subordinado ao governador-geral, e é, na área do distrito, o delegado desta autoridade. Goza, na mesma área, das honras que competem aos generais e contra-almirantes, e tem precedência.

sobre todos os funcionários civis ou militares que ali sirvam, estacionem ou transitem, exceptuados o Chefe do Estado e o governador-geral.

O governador de distrito exerce nele funções executivas, dirigindo superiormente todos os serviços públicos, e representa, na ausência do governador da colónia, a soberania nacional, competindo-lhe, especialmente, por si só ou em conselho de distrito:

1º. Exercer, como chefe da administração activa do distrito, e representante deste, como pessoa moral, as funções de gestão, autoridade e tutela administrativa que são atribuídas aos governadores civis do continente, nos artigos 248º. e seguintes do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896, salvas as modificações impostas pelas circunstâncias, ou que resultarem desta lei e da lei orgânica da administração financeira;

2º. Exercer, em relação aos militares de terra e mar, presentes no distrito, as atribuições e competência disciplinar do antigo general de brigada exercendo comando, e de capitão de mar e guerra comandando forças navais;

3º. Preparar o projecto de orçamento do seu distrito, ouvidos os chefes de serviço distrital e fazer executar o orçamento da colónia, depois de aprovado, na parte que lhe disser respeito;

4º. Nomear o pessoal menor das repartições e serviços administrativos do distrito;

5º. Exercer, em relação aos funcionários em serviço no distrito, competência disciplinar, até a demissão para os que por ele hajam sido nomeados, e de suspensão até dois meses para os outros; salvo o que se acha preceituado quanto a funcionários de justiça;

6º. Resolver todos os casos occorrentes que, não sendo das suas atribuições, não possam, todavia, esperar pela resolução superior, dando immediato conhecimen-

to ao governador da colônia; propor a adopção de providências adequadas ao desenvolvimento do território, nomeadamente as de carácter legislativo ou regulamentar; relatar, periodicamente, sobre a administração que lhe foi confiada;

7º. Exercer as atribuições que o governador-geral nele delegar.

Nos distritos completamente sujeitos ao regime civil, poderão excepcionalmente as funções designadas no nº. 2º. ser exercidas, separadamente das do governador, por um oficial militar, continuando, contudo, a ser da competência do governador o ordenar o emprego da força pública em pequenas operações que reputar necessárias para a segurança e defesa do território, embora fique a responsabilidade do comandante a maneira por que tais operações forem executadas.

No exercício das atribuições que por esta base lhe são conferidas, e sempre que houver necessidade de adoptar disposições de carácter regulamentar indispensáveis à boa execução, no distrito, de portarias, ordens ou instruções do governador-geral, o governador do distrito expede editais e alvarás, que serão publicados no Boletim Oficial, e em que poderá impor a pena de prisão até um mês e de multa até 200\$.

BASE 34ª.

Os serviços da administração da colônia nos distritos serão executados em repartições distintas, com sede na capital do distrito, e dirigidas por chefes de serviço distrital.

Os chefes de serviço distrital são os agentes imediatos do governador do distrito, despacham directamente com ele e em nome dele, expedem às estações suas dependentes as necessárias ordens e instruções.

Só em assuntos estritamente técnicos, ou de simples informação, podem os chefes de serviço distrital

corresponder-se directamente com os respectivos chefes de serviço da colónia ou directores.

As repartições e serviços distritais applica-se o disposto na base 21ª.

BASE 35ª.

Junto do governador de cada distrito, excepto nos distritos militares, haverá um conselho de distrito, composto de membros funcionários, designados de entre os chefes de serviço distrital, e de membros não funcionários, eleitos ou nomeados por quaisquer dos processos indicados no nº. 2º. da base 24ª., que melhor correspondam às condições especiais do respectivo distrito. A escolha deverá recair em indivíduos residentes na capital do distrito, observadas as disposições do nº. 3º. da mesma base. Será permitida a reeleição.

No número dos membros funcionários será incluído o representante mais graduado do Ministério Público no distrito.

A presidência compete ao governador do distrito, mas quando este não possa, ou entenda não dever, por qualquer motivo, assumi-la, exerce-a um vice-presidente, nomeado anualmente pelo governador-geral, de entre os membros do Conselho, e sob proposta do governador do distrito.

Nos distritos sob a jurisdição immediata do governador-geral, o Conselho de Distrito será presidido por um dos chefes de serviço da colónia ou do distrito. Os membros funcionários serão designados de entre os indivíduos desta classe com exercício na capital, incluindo um representante do Ministério Público.

Para os efeitos desta base, sòmente podem ser considerados distritos militares aqueles em que a capital não seja cabeça de concelho ou de circunscrição civil.

E applicável aos distritos o disposto na base 30ª.

BASE 36ª.

O Conselho de Distrito tem funções consultivas e de liberativas. Consulta sobre os assuntos de administração geral do distrito que lhe forem submetidos pelo governador, o qual deve ouvi-lo em todos os casos importantes ou graves e especialmente quando haja de adoptar medidas que excedam a sua competência normal ou disposições de carácter regulamentar necessárias à aplicação no distrito de portarias, ordens ou instruções do governo geral. Delibera, como estação tutelar, sobre todos os actos, resoluções e propostas dos corpos administrativos, estabelecimentos de beneficência e congêneres, que devam subir à sua apreciação; sobre a distribuição pelos serviços ou obras distritais das verbas que para elas tenham sido inscritas no orçamento geral da colónia ou atribuídas pelo Conselho de Governo; sobre os projectos e contratos para execução desses serviços ou obras, quando a sua importância, inferior ao mínimo da competência das estações superiores, exceda, todavia, o limite dentro do qual ao governador do distrito compita resolver por si só.

As deliberações dos Conselhos de Distrito são executórias; poderá, porém, o governador não se conformar com elas, quando lho aconselhem razões graves, submetendo o assunto ao governador-geral, que, ouvido o Conselho de Governo, resolverá definitivamente.

BASE 37ª.

Haverá em cada concelho um administrador ou chefe, delegado do governador e a ele subordinado. Compete-lhe prover às necessidades do serviço administrativo em todos os assuntos que não estejam especialmente cometidos a outras autoridades ou funcionários, e exercer as funções atribuídas aos administradores de concelho, nos artigos 276º. a 279º. do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896, na medida especialmente definida para ca-

da colônia nos decretos especiais.

Nos concelhos onde houver corpos de polícia civil pertencerão aos respectivos chefes ou comissários parte das atribuições policiais que forem fixadas para cada colônia.

No cargo de administrador do concelho, só poderá ser provido indivíduo que à data da nomeação esteja na colônia há pelo menos três anos.

BASE 38ª.

Em cada circunscrição civil haverá um administrador ou chefe delegado do governador e a ele subordinado.

Compete-lhe, especialmente:

1ª. Estudar os usos e costumes dos indígenas, seu estado social, organização política, regime da propriedade, coligindo todas as informações para uma razoável e adequada acção administrativa e civilizadora;

2ª. Dirigir a política indígena, na conformidade das instruções do governador, e exercer, a este respeito, todas as atribuições que lhe forem conferidas pelos regulamentos especiais;

3ª. Exercer as funções judiciais que lhe forem atribuídas pela legislação geral ou especial sobre o assunto;

4ª. Fiscalizar o recrutamento e a emigração de indígenas para fora da circunscrição, evitando abusos ou fraudes, promovendo a identificação dos recrutados, a adopção de medidas necessárias ao seu abrigo, alimentação e transporte, e a perfeita execução dos regulamentos de trabalho;

5ª. Cobrar o imposto indígena ou fiscalizar a sua cobrança;

6ª. Exercer as atribuições de administrador de concelho a respeito dos agrupamentos de europeus ou equipa

rados da circunscrição, e as compatíveis com o estado de civilização dos povos indígenas.

BASE 39ª.

O delegado do governador em cada capitania-mor ou comando militar será um capitão-mor ou comandante militar. Competem-lhe, especialmente, a execução, persistente e hábil, do plano de ocupação definitiva do território e sujeição das suas populações, a manutenção da ordem pública e as atribuições próprias de administrador de circunscrição civil que forem compatíveis com o estado de pacificação do território, as exigências da acção militar e o grau de desenvolvimento dos povos dominados.

BASE 40ª.

As sub-divisões referidas no nº. 5ª. da base 31ª. serão administradas por funcionários subordinados aos chefes das áreas que imediatamente as abranjam, delegando estes naquelas parte das suas atribuições, pela forma que for estabelecida para cada colónia em diplomas especiais.

BASE 41ª.

Procurar-se-á desenvolver em todas as colónias as instituições municipais e locais, a fim de educar os habitantes para a efectiva e útil colaboração nos corpos representativos superiores da colónia, avigorar a vida local, e assegurar uma cuidada e progressiva administração dos interesses privativos dos diversos núcleos de população civilizada. A criação, organização e exercício das instituições municipais serão regidas pelas disposições das bases seguintes.

BASE 42ª.

As instituições municipais e locais serão representadas nas colónias por câmaras ou comissões municipais e juntas locais.

As corporações municipais e juntas locais poderão ser de nomeação, de eleição ou em parte de nomeação e em parte de eleição, conforme o governador, com o voto deliberativo do Conselho do Governo, para cada uma delas determinar. Quando o sistema adoptado, total ou parcialmente, for o de eleição, seguir-se-ão as regras adiante mencionadas.

Poderá haver câmaras municipais eleitas em todas as capitais de colónia ou de distrito e cabeças de concelho ou outras povoações em que o número de habiantes elegíveis para tais cargos não for inferior a quinze vezes o dos vereadores a eleger, o qual será de três, ou cinco, e, excepcionalmente, superior. Neste caso os presidentes das câmaras serão eleitos pelos vereadores e poderão, quando isso for julgado necessário, vencer, pelo cofre municipal, uma remuneração que será votada pela vereação anterior.

Nas outras povoações cabeças de concelho ou outras divisões administrativas, de apreciável desenvolvimento, em que o número dos indivíduos habilitados para exercerem funções públicas o torne possível, podem ser criadas comissões municipais, formadas pelo chefe da administração local e dois membros eleitos.

Na província de Moçambique subsistem, provisoriamente, as actuais edilidades, geridas somente pelo chefe da administração local, mas que devem ir sendo substituídas, na medida do possível, por comissões municipais.

Nas povoações, aldeias ou lugares que não forem sede da câmara, comissão municipal ou edilidade, mas onde existam, pelo menos, vinte indivíduos elegíveis para corpos administrativos, poderá haver juntas locais, eleitas, de três membros. Se na localidade houver professor de instrução primária, e o número dos elegíveis for in-

ferior a trinta mas não a vinte, pode constituir-se a junta com o professor e dois membros eleitos.

As câmaras ou comissões municipais a que se refere esta base poderão ser substituídas, quando isso for julgado conveniente, por comissões urbanas de composição e funcionamento análogos aos das comissões de melhoramentos dos distritos de Mossâmedes e Inhambane, respectivamente organizadas pelos decretos de 31 de Agosto e 2 de Novembro de 1912.

Nas províncias ou distritos de tão pequena área territorial que se não julgue necessária ou conveniente a sua subdivisão administrativa, não serão instituídas corporações municipais e as funções que a estas caberiam serão exercidas respectivamente pelos Conselhos de Governo ou pelos Conselhos de Distrito.

BASE 43ª.

A acção administrativa das câmaras, comissões municipais e juntas exercer-se-á na cidade, vila ou povoação onde tiverem a sua sede, somente ou também em uma área circunjacente a determinar. Em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Índia a jurisdição destes corpos administrativos poderá coincidir com as áreas dos concelhos, freguesias ou aldeias; salvo o caso de razões especiais de conveniência pública o aconselharem, não serão incluídas nas áreas da jurisdição das câmaras, comissões municipais e juntas locais os terrenos da propriedade da colónia que nos termos das respectivas leis não possam ser objecto de concessão.

Nas colónias onde até agora se cobravam impostos ou adicionais para as câmaras, comissões ou edilidades fora da sua circunscrição privativa, poderá subsistir essa cobrança, enquanto for julgada indispensável, entrando o produto no respectivo cofre a título de subsídio dado pela colónia.

BASE 44ª.

Serão considerados eleitores dos corpos administrativos referidos nas bases antecedentes os indivíduos residentes na respectiva circunscrição que saibam ler e escrever em qualquer língua, e com profissão, comércio, indústria ou bens que lhes assegurem meios de vida; incluindo os estrangeiros que tenham, pelo menos, dois anos de residência habitual na colônia.

Serão elegíveis para estes corpos administrativos os eleitores portugueses, ou naturalizados, dois anos depois da naturalização, com habilitações literárias a determinar para cada colônia.

Nas circunscrições em que o número de estrangeiros e os interesses por eles geridos assim o recomendem, serão também elegíveis para os corpos administrativos os cidadãos estrangeiros com cinco anos, pelo menos, de residência habitual na colônia e que saibam ler e escrever o português.

Os eleitos desta categoria não poderão ser mais do que um para os corpos de três membros, e dois para os de cinco ou mais.

BASE 45ª.

As câmaras e comissões municipais têm, na respectiva circunscrição, a competência que lhes for fixada nos diplomas orgânicos de cada colônia.

Aos administradores das edilidades incumbem os serviços de carácter urbano, usualmente a cargo das câmaras, e a execução de melhoramentos de interesse local que caibam nos seus recursos, não lhes sendo permitido estabelecer impostos ou taxas, resolver sobre contratos ou empréstimos, adquirir ou alienar bens, criar empregos, nem outras deliberações da mesma importância, que ficam reservadas ao governo local, nos termos legais.

São atribuições das juntas locais:

1º. Abrir, conservar e arborizar os caminhos e es-

tradas vicinais, construir-lhes as pontes necessárias e lugares de abrigo, de descanso ou pernoitamento à beira deles; cuidar da construção e reconstrução de valados, diques e obras análogas de interesse comum;

12º. Diligenciar que as vias flutuáveis ou nevagáveis sejam mantidas limpas e desobstruídas, fazer aquisição de barcos para passagem gratuita das lagoas e cursos de água;

3º. Cuidar da limpeza e regularização das ruas e sua arborização, e iluminá-las durante a noite; abrir fontes ou poços; construir tanques ou chafarizer; estabelecer ou ampliar, reparar e limpar o cemitério;

4º. Regular, por meio de posturas adequadas as condições sociais e económicas da circunscrição, a polícia das ruas, caminhos e mais vias locais, com as suas dependências, e as dos cemitérios, bem como o aproveitamento duns e doutros;

5º. Angariar e aceitar donativos ou contribuições em dinheiro, serviços, instrumentos de trabalho ou materiais para obras de utilidade local, e solicitar das câmaras, governos de distrito ou govêrno da colónia, auxílios de qualquer espécie para o mesmo fim;

6º. Votar os orçamentos necessários à execução de obras ou serviços de utilidade pública, e derramas em dinheiro, materiais ou instrumentos, e em trabalho, com o mesmo objectivo.

Além destas atribuições fundamentais, poderão ser conferidas às juntas quaisquer outras, tais como criação e manutenção de enfermarias e estabelecimento de mercados e feiras, que, correspondendo a circunstâncias peculiares de cada região, facilitem a execução de melhoramentos locais e o progresso geral do agrupamento.

As câmaras ou comissões municipais e as juntas poderão associar-se para a execução, em comum, de obras ou melhoramentos que, directa ou indirectamente, inte-

ressem às respectivas circunscrições.

BASE 46ª.

A receita dos orçamentos das câmaras e comissões municipais e edilidades será constituída pelos rendimentos dos bens próprios ou dos estabelecimentos por elas criados, ou de concessões por elas feitas, e de bazares, rifas, lotarias e semelhantes; pelo produto de multas por transgressão de posturas e regulamentos de polícia; pelo dos impostos ou taxas que seja da sua competência lançar; pelas dívidas activas; e por subsídios do orçamento da colónia e de comissões administrativas, companhias ou sociedades, instaladas na circunscrição ou que ali tenham interesses. Serão também incluídas nestes orçamentos as heranças, donativos ou outros rendimentos eventuais, e, extraordinariamente, o produto dos empréstimos.

São receitas das juntas locais, além das referidas nos n.ºs. 5.º. e 6.º. da base 45ª., as heranças, os legados, um imposto em trabalho, análogo ao lançado pelas câmaras, e quaisquer outras receitas eventuais.

BASE 47ª.

As câmaras e comissões municipais podem lançar e cobrar, nas suas circunscrições, quaisquer dos seguintes impostos ou taxas:

1.º. Percentagens variáveis, não excedentes a 50 por cento, adicionais a todos ou alguns dos impostos directos da colónia;

2.º. Uma percentagem adicional aos direitos de importação de mercadorias entradas para consumo, não excedente a um máximo variável de colónia para colónia, e cobrada na alfândega por ocasião do despacho aduaneiro;

Quando na região, ou ilha, servida por uma mesma alfândega, haja mais duma câmara ou comissão municipal,

a taxa poderá ser estabelecida por acordo entre elas, ou por determinação do governador da colônia em Conselho de Governo, sendo o produto da cobrança distribuído por todas, na proporção que for determinada;

3º. Um imposto de trabalho, que poderá compreender o serviço de pessoas, ou o uso de viaturas, barcos e outros meios de transporte, animais e alfaías agrícolas, podendo ser remido a dinheiro;

4º. Taxas de licenças pelo exercício de indústrias, comércio ou profissões, sobre lotarias, rifas, bazares, associações e casas de recreio ou semelhantes; sobre veículos e animais; de aferição de pesos e medidas; de enterramento e concessão de terrenos em cemitérios; de ocupação de lugares na via pública, em mercados ou outros estabelecimentos ou propriedades municipais; e taxas de análoga incidência.

BASE 48ª.

As despesas dos orçamentos municipais serão discriminadas em obrigatórias e facultativas.

Não serão, porém, considerados encargo municipal os vencimentos dos administradores de concelho, as despesas de construção, reparação, conservação e mobília de tribunais, cadeias e administrações de concelho, bem como a de casa e mobília da conservatória ou de repartições de fazenda da colônia.

BASE 49ª.

Não são executórias, sem a aprovação do governador em Conselho de Governo, as seguintes deliberações municipais:

1º. Sobre empréstimos, orçamentos, impostos ou taxas adicionais aos impostos da colônia, criação de serviços e dotação de empregos, e supressão duns e doutros;

concessão de subsídios a instituições particulares; compra, venda ou doação de imóveis;

2º. Sobre a concessão de exclusivos municipais de qualquer natureza; sobre contratos que excedam o valor ou período de tempo que for determinado;

3º. Sobre a conveniência de ser declarada a utilidade pública ou a urgência de expropriações; sobre concessões de caminhos de ferro e outros sistemas de viação pública;

4º. Sobre posturas e outros regulamentos públicos de execução permanente;

5º. Sobre transacção e confissão ou desistência de pleitos.

Nas colónias divididas em distritos será atribuída aos governadores de distrito em conselho a aprovação das deliberações que ficam enumeradas, reservando-se para o governador da colónia só as de maior importância, conforme o determinar o respectivo diploma orgânico.

As deliberações sobre execução de obras municipais, concessões de caminhos de ferro e outros assuntos, de relativa importância, poderão ser submetidas à apreciação técnica de funcionários ou conselhos especiais do serviço da colónia, previamente à resolução do governador.

As deliberações municipais sobre que as estações competentes se não tiverem pronunciado dentro de certo período de tempo, tornar-se-ão, ipso facto, executórias.

Aos administradores de concelho ou de circunscrição compete exercer, quanto às deliberações mais importantes das juntas locais, a função atribuída nesta base aos governadores em matéria municipal.

BASE 50ª.

Os quadros das secretarias e serviços permanentes de cada colônia só poderão ser alterados nos termos desta lei e da lei orgânica da administração financeira das colônias.

Cada colônia terá funcionários de nomeação do Ministro e de nomeação do governador.

Serão de nomeação definitiva do Ministro: os governadores de distrito, os militares de terra e mar, os secretários gerais, os magistrados judiciais e do Ministério Público, bem como os funcionários para o provimento de cujos cargos a lei exija qualquer destas duas qualidades, os conservadores do registo predial, os juizes municipais e notários bacharelados, os auditores fiscais e seus delegados, os chefes dos serviços de fazenda provinciais e distritais, os técnicos dos serviços permanentes de obras públicas e minas, caminhos de ferro, agricultura, agrimensura e veterinária, os directores e professores de estabelecimentos de instrução superior, secundária e especial, os chefes dos serviços aduaneiros telegráficos e postais das províncias, os funcionários remunerados pelas províncias mas com exercício fora delas, podendo todos transitar dos quadros duma para os d outra província.

Serão considerados pertencentes a quadros próprios e privativos de cada colônia todos os outros funcionários, os quais serão de nomeação do governador; mas quando por lei houver serviços comuns a duas ou mais colônias, as promoções e colocações dos funcionários promovidos serão feitas pelo Ministro.

O provimento dos lugares de nomeação quer do Ministro quer do governador será em regra feito por concurso, na metrópole ou na colônia, conforme a lei determinar.

A organização dos diversos quadros, as condições de admissão, confirmação, promoção, distribuição pelos diversos cargos, aposentação e outras conexas, serão objecto de regulamentos especiais.

Paços do Governo da República, em 15 de Agosto de 1914. - Bernardino Machado - Eduardo Augusto de Sousa Monteiro - António dos Santos Lucas - António Júlio da Costa Pereira de Eça - Augusto Eduardo Neuparth - A. Freire de Andrade - João Maria de Almeida Lima - Alfredo Augusto Lisboa de Lima - José de Matos Sobral Cid.

VI

LEI ORÇÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO FI-
NANCEIRA DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

"Lei nº. 278 de 15 de Agosto de 1914"

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1º. - As províncias ultramarinas constituem entidades financeiras autónomas, sob a superintendência e fiscalização da Metrópole, nos termos das bases anexas à presente lei, e que dela fazem parte integrante.

§ único. Não são applicáveis as disposições desta lei aos territórios que permanecerem sob a administração de companhias privilegiadas.

Art. 2º. - É o Governo autorizado a publicar os decretos especiais necessários à execução desta lei.

Art. 3º. - Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 15 de Agosto de 1914. - Manuel de Arriaga - Bernardino Machado - Eduardo Augusto de Sousa Monteiro - António dos Santos Lucas - António Júlio da Costa Pereira de Eça - Augusto Eduardo Neuparth - A. Freire de Andrade - João Maria de Almeida Lima - Alfredo Augusto Lisboa de Lima - José de Matos Sobral Cid.

BA A QUE SE REFERE A PRESENTE LEI

BASE 1ª.

A colónia é pessoa moral, com capacidade para adquirir, contratar e estar em juízo, em seu nome e sob a sua responsabilidade, nos termos e com as limitações desta lei.

BASE 2ª.

Cada colónia tem o seu activo e o seu passivo próprios, absolutamente distintos dos da metrópole e das outras colónias, competindo-lhe a disposição das suas receitas e a responsabilidade das suas despesas.

BASE 3ª.

Para os efeitos desta lei consideram-se propriedade da colónia, dentro dos limites do seu território, os bens mobiliários e imobiliários do Estado, e todos os

demais que não sejam, legalmente, propriedade doutra pessoa colectiva ou singular.

São propriedade da colónia fora do seu território os bens que ela tenha adquirido ou venha a adquirir legalmente.

BASE 4ª.

Constituem receita própria da colónia:

a) Os impostos e taxas que ela cobrar no seu território, exceptuados aqueles que o forem por simples delegação doutra entidade estabelecida em lei, contrato ou convenção internacional, entendendo-se que não será ordenada a cobrança de impostos, no território da colónia, para a manutenção de novas instituições ou encargos criados na metrópole sem o acordo da colónia respectiva;

b) Os impostos e taxas cobrados fora do território da colónia, mas que, por disposições legais ou convencionais, para ela deverem reverter;

c) Os impostos e taxas cobrados na Metrópole por virtude de leis em vigor no território da colónia;

d) As heranças arrecadadas na colónia, e que pelas leis vigentes deverem ser julgadas vagas para o Estado;

e) Quaisquer outras importâncias que a lei como tal mande considerar;

f) Quaisquer outros rendimentos que, directa ou indirectamente, provenham do aproveitamento, permanente ou temporário, dos seus bens, dos seus serviços e do seu pessoal.

Continuam a constituir receita própria dos municípios e outros corpos e comissões administrativas os impostos, taxas e outros rendimentos que presentemente cobram, ou de futuro venham a cobrar, por virtude de disposições legais.

BASE 5ª.

Constituem, designadamente, receitas de cada colónia as dos serviços locais de caminhos de ferro, portos, correios, telefones e telégrafos de qualquer espécie, e ainda doutros serviços quando comuns à colónia e a outros territórios, nacionais ou estrangeiros, na parte que, por contrato, convenção internacional, ou equitativa repartição, corresponda à utilização do território, bens ou pessoal, da própria colónia.

O produto, realizado, dentro ou fora da colónia, da venda de valores selados e de valores postais coloniais, e os lucros de preparação e fabrico de moeda colonial constituem sempre receita das colónias respectivas.

Constituem, especialmente, receita da província de Cabo Verde 50 por cento da importância das taxas terminais e de trânsito dos telegramas transmitidos pelos cabos submarinos que amarram em S. Vicente.

BASE 6ª.

As acções e outros títulos, cotas, dividendos, bônus e outros réditos públicos, incluindo quaisquer valores mobiliários ou imobiliários reservados para o Estado, ou que para ele revertam, provindos de concessões feitas, ou a fazer, pelos poderes da metrópole ou pelos governos provinciais, quer essas concessões respeitem a terras ou a explorações comerciais ou industriais de qualquer ordem, quer a serviços de interesse geral, pertencem à colónia da situação dessas terras, ou da sede dessas explorações e serviços.

Quando a concessão abranger mais duma colónia, os bens ou valores aqui aludidos serão repartidos entre as colónias interessadas pela forma prescrita no respectivo diploma, ou, na falta de disposições a tal respeito, proporcionalmente à parte de cada colónia no objecto da concessão, ou nos lucros realizados.

Os títulos e cotas, aqui referidos, não podem ser dados em caução ou alienados sem voto afirmativo do conselho de govêrno e autorização da metrópole.

BASE 7ª.

A gerência financeira de cada colônia tenderá a obter a máxima utilidade geral dentro da mais estrita economia, sendo as despesas limitadas aos próprios recursos, salvo o disposto na base 10ª. Uma parte das receitas será sempre aplicada, por iniciativa da colônia, a obras de fomento e à criação ou desenvolvimento de fontes de receita.

Para as colônias com saldo é obrigatória a constituição dum fundo de reserva.

BASE 8ª.

Cada colônia tem o direito de contrair empréstimos públicos, com destino exclusivo à valorização dos recursos naturais do seu território, ao saneamento deste, ao melhoramento dos seus portos e meios de comunicação, em geral a obras de fomento, e ainda ao reembolso ou conversão de empréstimos anteriores.

Na realização de tais empréstimos observar-se-ão as regras seguintes:

a) A iniciativa do empréstimo é sempre privativa da colônia.

b) Serão efectuados com aprovação do respectivo conselho de govêrno, sem dependência da aprovação da metrópole, os empréstimos cujos encargos de juro e amortização caibam nas disponibilidades orçamentais, não vão além dum período de cinco anos, e não excedam, em cada ano, sós ou juntos com os encargos de todos os empréstimos ou contratos anteriores, um décimo da receita da colônia, calculada esta pela média das receitas realizadas nos cinco anos económicos anteriores à data do em-

préstimo que se pretender effectuar.

c) Todos os empréstimos permitidos por esta base, que não estejam nas condições mencionadas na alínea anterior, e ainda as operações de que trata a base 10ª. desta lei só poderão ser effectuados quando expressamente autorizados pela metrópole.

d) Quando o empréstimo, ainda mesmo que esteja nas condições da alínea b) desta base, não puder effectuar-se sem consignação de receitas, hipoteca, caução, ou outras garantias especiais, a aprovação dele é da exclusiva competência do Poder Legislativo.

A disposição desta alínea não impede que a verba anual que tenha sido fixada para dotação orçamental ordinária de quaisquer obras de fomento seja aplicada a custear empréstimos destinados à mais pronta execução ou ampliação dessas obras.

e) Os títulos dos empréstimos coloniais poderão ser todos nominativos, sempre que assim se julgue conveniente.

Os títulos dos empréstimos coloniais emitidos pelas colónias gozam dos mesmos privilégios que os da dívida pública da metrópole, para o efeito da inversão, que tenha de realizar-se dentro da colónia, de capitais pertencentes a pessoas ou corporações às quais o Estado de va protecção.

Os empréstimos contraídos pela metrópole ou pelas colónias, anteriormente à data desta lei, cujos encargos se achem inscritos nos orçamentos coloniais decretados para o corrente ano económico, são incluídos no regime destas bases, sem prejuízo das obrigações resultantes de contratos ainda em vigor.

As dívidas actuais das algumas colónias por dinheiro recebido para emissão de vales sobre a metrópole reputam-se empréstimos gratuitos, cuja amortização será feita pela colónia devedora em tantas anuidades quantas forem fixadas pelo Poder Legislativo.

BASE 9ª.

Cada colónia tem um orçamento privativo, distinto dos orçamentos das outras colónias, não podendo os saldos ser distraídos para aplicações alheias à colónia a que pertencem. Será, porém, permitido a qualquer colónia cujas disponibilidades excedam as necessidades de momento efectuar empréstimos em conta corrente ao Tesouro doutras colónias com o voto afirmativo dos respectivos Conselhos de Governo e aprovação da metrópole.

O saldo efectivamente apurado na conta de cada gerência será inscrito no primeiro orçamento geral que, de pois desse apuramento, for elaborado.

BASE 10ª.

No caso do orçamento dalguma colónia apresentar um deficit, que não possa ser imediatamente reduzido ou extinto sem prejuízo do regular funcionamento dos serviços dela, o equilíbrio orçamental realizar-se-á por uma operação de crédito negociada pela colónia nos termos que forem propostos pelos respectivos Conselhos de Governo e expressamente autorizados pela metrópole. Tanto estas operações como todos os empréstimos mencionados na base 8ª. serão negociados com a Caixa Geral de Depósitos sempre que esta o puder fazer e que as leis o autorizarem.

BASE 11ª.

Realizado qualquer dos empréstimos previstos nesta lei, serão desde logo inscritas nos orçamentos da colónia devedora, e da colónia credora quando a houver, as verbas correspondentes a juro e amortização, na conformidade do diploma que o autorizar.

BASE 12ª

Os orçamentos gerais das províncias ultramarinas

descreverão minuciosamente as receitas e as despesas, distribuindo estas, em cada uma das tabelas ordinária e extraordinária, por capítulos correspondentes aos diversos serviços.

Para que o diploma orçamental dê uma ideia exacta de todos os impostos e mais receitas e da sua aplicação, ser-lhe-ão anexados os orçamentos privativos dos corpos e comissões administrativas e outras entidades públicas análogas com receitas próprias, sem que tal facto importe alteração no processo especial de aprovação que para eles estiver preceituado.

BASE 13ª.

As despesas que, directa ou indirectamente, interessam à colónia serão distribuídas entre o seu orçamento e o da metrópole, tendo-se em vista as regras seguintes:

1ª. Pertencem ao orçamento da metrópole:

a) As despesas transitórias com o padroado do Oriente, as de representação diplomática ou consular, e quaisquer outras políticas, de civilização ou de propaganda no ultramar, quando da iniciativa da metrópole.

b) As despesas com a administração central, instituições de instrução e beneficência, serviços de publicidade, propaganda e outros análogos, na metrópole.

Enquanto a situação financeira da metrópole assim o exigir, uma parte não superior a metade das despesas constantes desta alínea poderá ser anualmente atribuída, na lei de receita e despesa do Estado, aos orçamentos coloniais, na proporção das receitas ordinárias de cada colónia, salvo o disposto na alínea b) do nº. 2º. desta base quanto ao Conselho Colonial.

Na designação das despesas indicadas nesta alínea, para o efeito do seu pagamento parcial pela colónia, não se compreende a manutenção de novas instituições, en-

cargos ou serviços criados na metrópole sem o acordo da colónia respectiva.

c) As despesas necessárias para custear ou subsidiar serviços de navegação e de telegrafia entre a metrópole e as colónias, e outros análogos, salvo o disposto na alínea f) do nº. 2º. desta base.

d) O custeio de expedições militares enviadas às colónias para submissão de povos rebeldes ou outras operações de imposição, defesa ou afirmação da soberania nacional, a despesa com a preparação dos portos e costas das colónias para operações de guerra e o custeio dos serviços assim criados.

e) As despesas com as missões de delimitação, e ainda com as de estudo quando a iniciativa da organização destas últimas não partir do governo da colónia.

f) As despesas de passagem e de conservação na colónia, dentro ou fora de estabelecimentos especiais, de degradados, vadios e outros indivíduos que forem enviados da metrópole por determinação de tribunais ou outras instâncias estranhas ao Ministério das Colónias.

2º. Pertencem ao orçamento de cada colónia:

a) Todas as despesas a fazer com a administração local, geral e particular.

b) O pagamento dos subsídios, gratificações ou subvenções aos membros eleitos do Conselho Colonial e a quaisquer indivíduos que a representem ou desempenhem serviços por ela incumbidos, na metrópole ou no estrangeiro, quando tais retribuições estejam legalmente autorizadas, bem como a parte das restantes despesas do Conselho Colonial que lhe competir, na proporção das suas receitas ordinárias.

c) A despesa com o fabrico da moeda, com a preparação e emissão de valores selados e de valores postais para o seu território.

d) Uma cota parte, proporcional à receita prevista na base 5ª. da despesa, com serviços comuns à colónia e a outros territórios, nacionais ou estrangeiros.

e) A despesa com as obras de fomento e de desenvolvimento da colónia.

f) A despesa com subsídios especiais a serviços de navegação, telegrafia e análogos, comuns à colónia e a outros territórios nacionais ou estrangeiros, quando fortes razões de conveniência pública assim o aconselhem.

g) O pagamento das anuidades dos empréstimos, e o custeio de todos os encargos derivados de compromissos por ela tomados.

h) As despesas de passagens de ida e volta do seu Senador e dos seus Deputados com residência na colónia, de funcionários ao serviço da colónia e doutro pessoal por ela requisitado, bem como de suas famílias e criados, quando a lei o permitir.

i) A despesa com a passagem e conservação em outras colónias, ou na metrópole, de degredados, vadios e outros indivíduos transportados por determinação dos tribunais ou outras instâncias da própria colónia.

j) O vencimento do pessoal das classes inactivas, na proporção do tempo por que nela houver servido.

3º. As despesas com tribunais superiores e outros serviços comuns a diversas colónias serão por elas custeadas, na proporção das suas receitas.

4º. As garantias de juros e encargos contratuais que são devidos às companhias W. I. P. Id. & Cº e dos Caminhos de Ferro Através de África, nos termos dos contratos celebrados para a construção e exploração dos caminhos de ferro de Mormugão e de Luanda a Ambaca, conquanto constituam encargo obrigatório das colónias,

serão pagos pela metrópole, no todo ou na parte que o resultado da exploração dos respectivos caminhos de ferro ou o desenvolvimento das receitas públicas da colónia exigirem. A subvenção com que a metrópole deverá concorrer para esta despesa das colónias será fixada anualmente.

a) No primeiro ano económico da vigência desta lei a metrópole pagará as subvenções a Mormugão e Ambaca por inteiro.

b) Quando as colónias acordarem com as respectivas companhias alteração nas tarifas actuais dos caminhos de ferro e dessa alteração resulte diminuição das receitas de exploração e portanto maior encargo anual, a diferença será paga pela colónia.

5º. As despesas das forças militares de terra e mar, empregadas na ocupação, na defesa e na guarnição permanente das colónias, compreendendo as necessárias aquisições de material e os vencimentos do pessoal em serviço militar, quando a organização militar das colónias assim o determine, devem ser pagas por um cofre comum a todas as colónias, sendo as receitas desse cofre constituídas por cotizações de cada uma delas, e ainda por subvenções da metrópole, quando essencial.

Se uma lei da metrópole unificar as forças coloniais, cada colónia pagará para as despesas militares permanentes das colónias o correspondente ao máximo de 23 por cento das suas receitas gerais, sendo o que faltar para cobrir a totalidade das despesas aludidas satisfeito pela metrópole, como despesa de soberania.

Quando se der a unificação das forças coloniais, observar-se-ão as seguintes disposições:

a) Ao Governo da metrópole competirá determinar a importância da cotização referida no parágrafo anterior;

b) As despesas especiais derivadas de guerra ou estado de rebelião em cada colónia serão pagas pela coló-

nia em que tais factos se dêem, salvo o disposto na alínea d) do nº. 1º. desta base.

c) Por despesas especiais, consignadas na primeira parte da alínea anterior, entende-se subsídios de marcha e de residência, gratificações de campanha, levantamento de contingentes e organização de forças extraordinárias, transportes, e em geral todas as despesas necessárias para colocar as forças em pé de guerra e para as manter nessa situação.

BASE 14ª

A administração superior da Fazenda Pública da colónia compete ao governador, que a exercerá com a colaboração do Conselho de Governo e por intermédio de funcionários seus subordinados.

Em cada colónia haverá uma Direcção dos Serviços de Fazenda, tendo o director a categoria dos outros chefes de serviço provincial, e despachando directamente com o governador.

Compete principalmente à Direcção dos Serviços de Fazenda a classificação, lançamento e cobrança das receitas, o processamento, liquidação e pagamento das despesas, o processamento e abono dos vencimentos dos funcionários públicos, a centralização da contabilidade dos fundos da colónia, a elaboração dos contratos em que outorgar o governo da colónia, o tomo dos bens da colónia, a arrematação dos rendimentos públicos, a coordenação da proposta do orçamento geral, a organização das contas da colónia, os serviços de cadastração fiscal, e, em geral, a execução dos serviços de fazenda e o estudo das modificações a introduzir no sistema tributário ou na execução dos serviços a seu cargo.

BASE 15ª.

O orçamento geral de cada colónia, preparado se-

gundo as resoluções ou diplomas legais subsistentes, e sob as indicações do governador, pela Direcção dos Serviços de Fazenda, é discutido e aprovado em Conselho de Governo e remetido depois ao Governo da metrópole.

Não é permitido inscrever nesse orçamento receitas ou despesas não autorizadas por diplomas legais em vigor e os contraventores desta disposição ficam responsáveis, civil e criminalmente, como agentes do Poder Executivo, pelas infracções em que incorrerem.

No decurso de cada ano económico serão enviadas ao Ministério das Colónias as propostas de modificação ou de criação de receitas, serviços, quadros ou vencimentos, que só pela metrópole possam ser definitivamente aprovadas, mas no orçamento geral da colónia, para o seguinte ano económico, só poderão ser incluídas as receitas ou despesas consequentes das propostas que, à data da aprovação do orçamento, estiverem já tácita ou expressamente aprovadas pela metrópole.

A proposta do orçamento geral de cada colónia será remetida ao Ministério das Colónias, antes do fim do mês de Março anterior ao ano económico a que disser respeito, juntamente com um relatório do auditor fiscal sobre a exactidão dos cálculos e a legitimidade das verbas inscritas, e com a proposta de empréstimo a que se refere a base 10ª., quando necessária.

No primeiro dia de cada ano económico o governador ordenará, por portaria, a execução do orçamento, com as alterações que até então lhe tiverem sido comunicadas pelo Governo da metrópole.

Quando o orçamento proposto apresentar deficit ou contiver receita dependente dalguma operação de crédito, as suas despesas extraordinárias só entrarão em execução depois da metrópole haver aprovado a proposta destinada a equilibrar o orçamento, mas até o limite da diferença positiva entre a soma das receitas e o total das despesas ordinárias inscritas na proposta, quando tal se der, pode o governador ordenar a aplicação, por duodécimos mensais, das disponibilidades verificadas a despesas ex

traordinárias destinadas a obras de fomento, construções ou reparações já iniciadas, de cuja suspensão possa resultar prejuízo.

BASE 16ª.

É negada aos vogais do Conselho de Governo a iniciativa de propostas que envolvam aumento de despesa, não sendo acompanhadas de disposições efectivas para a realização de receitas compensadoras, sem prejuízo do mais amplo direito de discussão em tudo que disser respeito a serviços da colónia e a obras de fomento. Quanto a estas, poderá o governador e qualquer membro do Conselho propor, e o Conselho aprovar, as que entenderem convenientes, desde que fiquem compreendidas dentro das disponibilidades da receita, e não prejudiquem a satisfação dos encargos obrigatórios, e a constituição do fundo de reserva.

Nos primeiros cinco anos de execução desta lei, em nenhuma colónia poderá ser aumentada a despesa global com os funcionários dos seus serviços permanentes, sem aprovação expressa do Governo da metrópole.

BASE 17ª.

A acção do Governo da metrópole sobre o orçamento da colónia exerce-se pela verificação e correcção do cômputo das receitas, e pela verificação da legalidade das despesas inscritas, evitando, quanto possível, impedir ou frustrar a iniciativa dos governos coloniais, e de modo nenhum invadindo a esfera da competência deliberativa desses governos.

BASE 18ª.

O governador é o ordenador do orçamento geral da colónia. Não lhe é lícito ordenar despesas não previstas nas tabelas do orçamento, ou ordená-las em impor-

tância superior à fixada, ou para aplicações diferentes das prescritas. E-lhe, porém, permitido, ouvido o Conselho do Governo, efectuar a transferência de verbas dentro do mesmo capítulo. Se isso não bastar, e for absolutamente indispensável aumentar a dotação de serviços já inscritos nas tabelas ou custear despesas derivadas de novos diplomas legais, o governador proporá em Conselho a abertura dos créditos necessários, que só se tornarão effectivos quando aprovados pela metrópole.

Tendo de fazer-se despesas não previstas, de carácter excepcional e urgente, a abertura do crédito extraordinário correspondente será resolvida pelo governador em Conselho de Governo, e ordenada em portaria justificativa, e é executória desde logo, sem prejuízo da apreciação do Governo da metrópole, que, em caso de abuso, tornará effectivas quaisquer responsabilidades.

Dentro dos termos prescritos nos regulamentos respectivos, a faculdade de ordenador de despesas, conferida por esta base ao governador-geral, será parcialmente delegada em cada governador de distrito, relativamente à parte do orçamento que ao distrito disser respeito.

BASE 19ª.

Em cada colónia, exercendo com independência completa as funções de que por esta lei é incumbido, haverá um auditor fiscal, encarregado de servir de consultor do governo da colónia em assuntos de administração financeira e de fiscalizar, segundo os preceitos indicados nesta lei, para conhecimento dos Governos da metrópole e da colónia, a legalidade dos actos da administração financeira e a regularidade da execução dos serviços de contabilidade pública.

O auditor fiscal não intervém directamente na administração da colónia, nem por qualquer forma impede a execução das deliberações finais do governador, entendendo-se que a independência, que lhe é conferida no exercício das suas funções, não prejudica a natural su-

bordinação administrativa ao governador da colónia.

O auditor fiscal comunica directamente ao governador as faltas que encontrar e os erros que descobrir na execução dos serviços de contabilidade e na administração financeira da colónia, e envia periodicamente, ao Governo da metrópole relatórios em que registará detalhadamente a acção que, no exercício das suas funções, tiver exercido e o resultado da fiscalização permanente que lhe é incumbida. Destes relatórios, directamente enviados à metrópole, remeterá logo o auditor fiscal cópias autênticas ao governador da colónia.

Além das funções de consultor do governo da colónia em matéria de administração financeira e das atribuições que noutras bases desta lei lhe são conferidas, competirá principalmente ao auditor fiscal, por si e pelos seus delegados, verificar a legitimidade e a exactidão de todas as despesas pecuniárias e de material, fiscalizar a responsabilidade dos encarregados da cobrança de receitas e do pagamento de despesas, fiscalizar a contabilidade central da colónia e a de todas as repartições ou serviços, incluídos os de administração autónoma, e verificar as existências de fundos e de materiais à colónia pertencentes.

Haverá um delegado do auditor fiscal em cada distrito.

Os auditores fiscais e os seus delegados pertencem a um quadro independente dos serviços de fazenda e comum a todas as colónias.

Os auditores fiscais e os seus delegados não podem servir por mais de quatro anos em cada colónia, ou a esta voltar em nova comissão antes de passado igual período de tempo. Os auditores fiscais e os seus delegados não podem simultaneamente desempenhar qualquer comissão ou serviço remunerado na colónia em que exercem as suas funções. O auditor fiscal de cada colónia é vogal do Tribunal de Contencioso Administrativo Fiscal e de Contas, mas não faz parte do Conselho do Governo ou de qualquer corporação administrativa nem é

considerado para nenhuns efeitos chefe de serviço.

BASE 20ª.

No que diz respeito ao ordenamento e fiscalização das despesas e doutros actos de administração financeira, serão observadas as regras seguintes:

1ª. As ordens dos pagamentos a efectuar pela tesouraria geral ou pelas tesourarias distritais da colónia são preparadas, sob as instruções do competente governador, pelas direcções provinciais ou distritais dos serviços de fazenda;

2ª. É indispensável, para todas as ordens de pagamento mencionadas na alínea anterior, a informação prévia do respectivo director dos serviços de fazenda e este é responsável pelas despesas ilegais que a sua informação originar;

3ª. Ao visto do auditor fiscal são presentes os contratos e diplomas análogos aos que na metrópole estão sujeitos ao exame e visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, e pela legitimidade das despesas autorizadas por esse visto será responsável o auditor fiscal;

4ª. O governador da colónia e os governadores de distritos consultarão o auditor fiscal ou os seus delegados acerca das ordens de pagamento sempre que a respeito delas discordarem da informação do respectivo director dos serviços de fazenda ou quando o julgarem necessário, e pelas despesas consequentes de qualquer consulta serão solidariamente responsáveis, como agentes do Poder Executivo, o governador da colónia e o auditor fiscal;

5ª. O governador da colónia, ouvido o Conselho do Governo e assumindo inteira responsabilidade civil e criminal do seu acto, pode deixar de se conformar com a

consulta do auditor fiscal ou com a recusa do seu visto, e, nesse caso, publicará no Boletim Oficial uma portaria, justificando a sua resolução;

6ª. A decisão do governador-geral será submetida, pelos governadores de distrito, a resolução dos casos em que tiverem discordado do parecer do delegado do auditor fiscal, que, nos termos da regra 4ª. desta base, tiverem consultado. O governador-geral, depois de ouvir o director dos serviços de fazenda da província e de consultar o auditor fiscal, conformar-se-á com o parecer deste ou procederá nos termos da regra anterior;

7ª. Em poder de cada um dos chefes dos serviços provinciais ou distritais e à sua responsabilidade haverá, em depósito, um fundo permanente adiantado pelas tesourarias geral ou distritais da colónia, e cuja importância será fixada para cada um pelo governador, em Conselho do Governo. Este fundo permanente será destinado às aquisições e despesas de pequena importância que por esses chefes tiverem de ser habitualmente feitas e que serão liquidadas definitivamente e pagas pelas tesourarias da colónia, por períodos determinados, segundo o processo indicado nas regras anteriores desta base. Ao auditor fiscal e aos seus delegados compete examinar o estado dos cofres onde esses fundos permanentes estiverem depositados, verificando os documentos justificativos das despesas que por esses fundos tiverem sido provisoriamente pagas;

8ª. As determinações constantes das regras desta base não prejudicam o processo que se adopta ou tiver de ser adoptado em serviços especiais ou a cargo de conselhos autónomos, tais como os de caminhos de ferro, fábricas do Estado e outros de natureza idêntica, onde, pelos respectivos cofres, as despesas tiverem de ser provisoriamente efectuadas, por ordem e sob a responsabilidade dos respectivos gerentes ou conselhos administradores, applicando-se as determinações desta base sô-

mente quando se proceder à liquidação definitiva das despesas pela respectiva Direcção dos Serviços de Fazenda.

BASE 21ª.

A contabilidade digráfica será a base da contabilidade pública da administração de cada colónia e de cada um dos seus serviços autónomos, adoptando-se processos que registem clara e precisamente a situação financeira da colónia. O Governo poderá contratar funcionários públicos ou especialistas de reconhecido mérito, para, em prazo determinado, montarem a contabilidade de cada colónia e dos respectivos serviços autónomos, e prepararem as instruções que deverão ser depois seguidas pelo pessoal permanentemente encarregado desses serviços de contabilidade.

Além da contabilidade central, a cargo das direcções provinciais e distritais dos serviços de fazenda, em cada administração autónoma ou em cada ramo de serviços públicos que a seu cargo tiver cobrança de receitas, pagamento de despesas, guarda de fundos ou guarda de materiais, haverá a contabilidade privativa, registando o movimento respectivo de fundos e de materiais, e servindo de subsidiária da contabilidade central da colónia.

Ao auditor fiscal e aos seus delegados compete fiscalizar a forma pela qual são desempenhados todos estes serviços de contabilidade.

No que diz respeito à fiscalização da cobrança de receitas da colónia, compete ao auditor fiscal e aos seus delegados verificar a legitimidade dos lançamentos, conferir os documentos das cobranças realizadas com a escrituração respectiva, examinar o estado dos cofres da colónia e fiscalizar a transferência dos fundos para a tesouraria.

As contas de gerência e de exercício da colónia, as contas anuais de todos os seus serviços autónomos e as

contas de todos os exactores de fazenda serão enviadas ao auditor fiscal e aos seus delegados e só depois de verificarem a conformidade com a escrituração e documentos originais podem ser presentes às estações a que competir o respectivo exame e julgamento.

Em cada colónia serão ajustadas e julgadas as contas dos exactores da sua fazenda, com recurso para o Conselho Colonial, excepto as do tesoureiro geral, cujo julgamento fica competindo a esse Conselho, em última instância.

BASE 22ª.

É da competência dos governos coloniais o estabelecimento, alteração ou supressão de taxas e impostos no respectivo território, sem quebra das estipulações internacionais, e observadas as regras seguintes e os preceitos especiais da base 23ª.:

a) Pertence à colónia a iniciativa do estabelecimento, alteração ou supressão das taxas ou impostos, com o voto afirmativo do Conselho do Governo. A iniciativa de propostas de taxas ou impostos que recaiam exclusivamente sobre os indígenas compete, no Conselho do Governo, somente ao governador da colónia.

b) Em todas as colónias subsistem as taxas e impostos actualmente em vigor, enquanto não forem substituídos, modificados ou extintos nos termos desta lei.

BASE 23ª.

Na determinação do regime das relações comerciais entre a metrópole e as colónias, e destas entre si, observar-se-ão, sem quebra das estipulações internacionais, os seguintes preceitos:

a) As mercadorias produzidas na metrópole gozam, ao serem importadas em qualquer colónia, duma redução não

inferior a 50 por cento sobre os direitos da pauta que vigorar; reciprocamente as mercadorias produzidas em qualquer colónia gozam de igual benefício ao serem importadas na metrópole ou em outras colónias.

b) É ampliado por mais 20 anos o regime actual de importação na metrópole dos açúcares de produção de Angola e de Moçambique, estabelecido pelo decreto de 2 de Setembro de 1901, e o mesmo regime é concedido por igual período à importação do açúcar produzido em Cabo Verde até o limite de 1.000 toneladas. Quando a importação na metrópole do açúcar de produção dalguma dessas colónias exceder o limite máximo que por esta lei lhe é atribuído, considerar-se-á esse limite acrescido anualmente em 10 por cento.

c) As reduções de direitos resultantes do disposto nas alíneas a) e b) serão sempre calculadas sobre o mais baixo direito aplicável aos mesmos géneros doutras proveniências.

d) Quando se estabeleçam novas carreiras de navegação regular para as colónias da Africa, Índia, Macau e Timor, sob bandeira nacional e de forma a obter-se garantia de tabelas de fretes equitativas, embora a troco de correspondentes subsídios anuais, os benefícios de que gozarão as mercadorias transportadas nesses navios serão os que se estipularem no respectivo contrato.

Enquanto não forem estabelecidas as novas carreiras a que esta alínea se refere manter-se-á a protecção actual à navegação sob a bandeira nacional.

Para os efeitos desta alínea, e quando hajam de se estabelecer tabelas de fretes, só se reputam devidamente aprovadas aquelas acerca das quais tenham sido ouvidos os Conselhos de Governo das colónias interessadas.

e) Quando as colónias nos termos da base 22^a. promoverem a modificação dos direitos aduaneiros e outros encargos que hoje recaem sobre a sua exportação, consignar-se-á sempre o princípio do diferencial de tributa-

ção entre a exportação para portos nacionais a bordo de navios nacionais, e para portos estrangeiros a bordo de navios nacionais ou de navios estrangeiros, regulando-se tudo de forma a só poder ser aproveitado o diferencial pelas empresas de navegação nacionais quando os fretes nos seus navios não excedam os exigidos nos navios estrangeiros.

f) As mercadorias reexportadas pelos portos do continente para as colónias gozam, ao serem importadas nelas, da redução de 20 por cento sobre os direitos da pauta que vigorar.

Relativamente às colónias da África Ocidental, esta redução só é concedida quando o transporte se efectuar sob a bandeira nacional.

g) Durante os primeiros cinco anos da execução desta lei, os direitos estabelecidos na pauta actualmente em vigor para a importação em Angola de tecidos de algodão serão reduzidos de 20 por cento.

Durante o mesmo prazo, os tecidos de algodão manufacturados na metrópole pagarão 10 por cento dos direitos assim estabelecidos.

BASE 24ª.

Cada colónia regula a sua circulação monetária e fiduciária, dependendo, porém, as respectivas resoluções do voto afirmativo do Conselho de Governo e da aprovação da metrópole.

BASE 25ª.

No caso dalguma colónia deixar de cumprir quaisquer obrigações por ela assumidas no exercício da sua administração financeira, em empréstimos, concessões ou contratos de interesse público, só à metrópole compete impor o cumprimento dessas obrigações e tornar efectivas as garantias porventura estipuladas ou concedidas

pelo governo colonial, com as faculdades de à colónia se substituir para esses efeitos e de suspender ou limitar as atribuições de administração financeira da colónia dimanadas desta lei.

BASE 26ª.

Todas as resoluções dos governos coloniais que, nos termos desta lei, necessitarem de aprovação do Governo da metrópole, e a respeito das quais ele se não houver pronunciado, definitivamente, dentro de três meses, a contar da entrada do processo no Ministério das Colónias, poderão ser postas em execução por portaria do governador, produzindo, desde então, efeito legal. A entrada do processo no Ministério das Colónias será imediatamente comunicada ao governador da colónia respectiva. Ficam exceptuadas desta permissão as propostas de empréstimos ou operações de crédito mencionadas na base 10ª. e na alínea c) da base 8ª. e ainda a redução mencionada na alínea d) da base 23ª. desta lei, para as quais é necessária a aprovação expressa da metrópole.

Paços do Governo da República, em 15 de Agosto de 1914.- Bernardino Machado - Eduardo Augusto de Sousa Monteiro - António dos Santos Lucas - António Júlio da Costa Pereira de Eça - Augusto Eduardo Neuparth - A. Freire de Andrade - João Maria de Almeida Lima - Alfredo Augusto Lisboa de Lima - José de Matos Sobral Cid.

VII

BASES ORGÂNICAS DE JOÃO BELO

"Decreto nº. 12.421 de 12 de Outubro de 1926"

As bases orgânicas por que as colônias se têm regido, descendo por vezes a minuciosidades próprias de matéria regulamentar, não conseguiram contudo obstar, durante a sua vigência, à desorganização administrativa e financeira em que as colônias se encontram.

A experiência tem assim demonstrado a absoluta necessidade de remodelar a administração colonial.

O Governo, compreendendo essa necessidade, orienta a sua acção nos princípios seguintes:

- a) Unidade política do território colonial;
- b) Continuação do regime de autonomia administrativa e financeira com uma mais eficaz superintendência e fiscalização da metrópole;
- c) Definição, tendente a evitar confusões, da competência da metrópole e dos governos das colônias em matéria legislativa e executiva;
- d) Cessação do regime municipal nas regiões onde ele, apesar de um longo regime de assimilação, ainda não conseguiu criar raízes;
- e) Exclusão nas bases orgânicas de disposições especiais ou regulamentares a fim de elas terem a elasticidade precisa para dentro dos seus preceitos gerais, mas rígidos, se podem formular as cartas orgânicas e códigos administrativos de cada colônia;
- f) Modificação do regime dos Altos Comissariados no sentido da possibilidade da sua adaptação

às circunstâncias excepcionais de diversa natureza que determinam em cada caso particular a necessidade de tal regime.

São estes os princípios que orientam o Governo na projectada reforma da Constituição Política em matéria de administração colonial.

Têm eles em vista a neutralização política da administração das nossas colónias.

Assim:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte

Artigo 1º. - São aprovadas as seguintes bases orgânicas da administração colonial:

BASES ORGANICAS DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

TÍTULO I

Da administração civil

Do território colonial português

BASE I

O território do império colonial português é o existente à data da publicação destas bases.

A Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter a qualquer outro território colonial.

O império colonial português é formado pelas colónias portuguesas.

Cada colônia constitui um organismo administrativo autónomo.

As colônias podem ser divididas em distritos.

Os distritos e as colônias não divididas em distritos compreendem áreas administrativas adequadas às circunstâncias de uns e de outras.

Dos direitos e garantias individuais

BASE II

São garantidos a nacionais e estrangeiros residentes nas colônias os direitos concernentes à liberdade, segurança individual e propriedade nos termos das leis em vigor.

Tanto a nacionais como a estrangeiros pode ser recusada a entrada em qualquer colônia e ordenada a expulsão do seu território, se da sua presença resultarem graves inconvenientes de ordem interna ou internacional.

O estatuto civil, político e criminal dos indígenas obedecerá a preceitos especiais concernentes aos seus deveres e tendentes à defesa das suas pessoas e propriedades singulares ou colectivas.

Da administração em geral

BASE III

As colônias divididas em distritos são governadas por um governador-geral e as outras por um governador de colônia.

Haverá um governador em cada distrito. No da capital da colônia as funções correspondentes serão, em regra, exercidas pelo governador-geral.

O tempo de comissão dos governadores-gerais, go-

vernadores de colónia e governadores de distrito é de quatro anos, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes por iguais períodos de tempo.

BASE IV

Junto dos governadores de cada colónia e por eles presidido funcionará, com atribuições deliberativas e consultivas, um conselho de govêrno composto de vogais natos funcionários públicos, vogais de nomeação do governador e vogais eleitos.

Não poderão ser vogais de nomeação e de eleição os funcionários do Estado e dos corpos administrativos em serviço activo na colónia.

Serão sempre em número igual os vogais de nomeação e os de eleição.

É garantida a todos os vogais do conselho do govêrno a absoluta liberdade de voto.

Haverá no conselho do govêrno uma secção especialmente encarregada de dar parecer sobre os regulamentos necessários à boa execução dos diplomas vigentes na colónia e com as demais atribuições de carácter executivo que constarem das cartas orgánicas.

Na composição e atribuições dos conselhos de govêrno ter-se-á em atenção, em relação a cada colónia, o seu grau de desenvolvimento.

Junto de cada governador de distrito e por ele presidido funciona um conselho de distrito.

BASE V

Os serviços da administração de cada colónia compreendem:

- 1º. Os serviços da administração própria e dita;
- 2º. Os serviços militares do exército e da marinha.

Os serviços da administração própria e dita serão tratados:

a) Por uma repartição do gabinete encarregada do expediente do govêrno;

b) Por direcções de serviço a cargo de chefes de serviço com agrupamento de repartições ou por simples repartições, quando não houver conveniência no seu agrupamento.

Os serviços militares do exército e da marinha serão tratados conforme as necessidades do serviço da colônia:

a) Os militares, por quartéis gerais ou repartições militares;

b) Os de marinha, por departamentos marítimos ou capitánias de porto.

BASE VI

Sempre que nos usos e tradições de raça, tribo ou outros agrupamentos indígenas subsistir a noção ou prática de instituições próprias, embora rudimentares, para o govêrno do agrupamento ou para a administração dos seus interesses colectivos, serão elas utilizadas, procurando-se aperfeiçoá-las a bem da administração geral da colônia.

BASE VII

Constitui exclusivamente matéria da carta orgânica de cada colônia a definição da competência do governador, condições de exercício do respectivo cargo, composição, atribuições e exercício das funções do conselho do govêrno e do tribunal administrativo, fiscal e de contas e a organização das direcções ou repartições de serviço da colônia.

Constitui exclusivamente matéria do Código Administrativo de cada colônia a organização da administração dos distritos e das outras divisões administrativas e a

constituição, competência e exercício das funções dos conselhos de distrito, instituições municipais, comissões urbanas, e o respectivo contencioso.

Todos os demais assuntos de administração colonial serão regulados em diplomas especiais.

Das funções legislativas

BASE VIII

As funções legislativas em relação às colónias são exercidas:

- a) Pelo Congresso da República;
- b) Pelo Ministro das Colónias, assistido do Conselho Superior das Colónias;
- c) Pelo governador da colónia, assistido do conselho do governo da colónia.

Compete ao Congresso da República legislar sobre:

1º. Alterações das bases da administração civil e financeira das colónias propostas pelo Ministro;

2º. Alienação da propriedade ou do uso de alguma parte do território colonial em favor de nação ou colónia estrangeira;

3º. Alteração dos limites de qualquer colónia;

4º. Declaração de guerra e conclusão da paz;

5º. Concessões que envolvam direitos de soberania;

6º. Aprovação de empréstimos com garantias especiais;

7º. Aprovação de tratados, acordos ou convenções com nações ou colónias estrangeiras.

Compete ao Ministro das Colónias, assistido do Con

selho Superior das Colônias, legislar sobre:

1º. Assuntos que interessem à metrópole e às colônias;

2º. Assuntos que interessem a mais de uma colônia;

3º. Alterações de disposições legislativas em vigor em mais de uma colônia;

4º. Regime disciplinar dos funcionários públicos;

5º. Assuntos que interessem a uma só colônia e envolvam alteração das suas receitas ou despesas orçamentadas, quando se encontrar em regime deficitário;

6º. Aprovação de empréstimos que, somados, produzam encargo superior a 10 por cento das receitas da colônia ou sejam amortizados em mais de dez anos;

7º. Alteração do regime monetário e fiduciário;

8º. Aprovação de acordos ou convenções entre colônias portuguesas;

9º. Assuntos em que os governadores das colônias hajam discordado das resoluções deliberativas do conselho do governo;

10º. Assuntos da competência dos governadores das colônias com cuja resolução o Conselho Superior das Colônias não concordar;

11º. Alterações às cartas orgânicas das colônias que não envolvam ofensa às disposições contidas nas bases da administração civil e financeira das colônias.

As resoluções sobre os assuntos do nº. 1º. são tomadas de acordo com o Ministro ou Ministros a cujas pastas interessem.

Compete ao governador da colônia, assistido do conselho do governo, estatuir sobre todos os demais assuntos com as restrições contidas nas bases da administração financeira.

BASE IX

Em casos de urgência inadiável, estando o Congresso encerrado ou não resolvendo este o assunto no prazo de trinta dias, a contar da apresentação da respectiva proposta, pode o Ministro das Colônias, com voto afirmativo do Conselho Superior das Colônias, por ele pessoalmente presidido, legislar sobre os assuntos mencionados nos n.ºs. 1.º e 7.º da competência do Congresso da República.

Em casos de urgência inadiável poderá também o governador da colônia, mediante autorização pedida telegraficamente ao Ministro das Colônias, resolver sobre os assuntos mencionados nos n.ºs. 3.º, 5.º e 9.º da competência do Ministro, sendo indispensável, quanto aos n.ºs. 3.º e 5.º, voto afirmativo do conselho do governo.

Das funções executivas

BASE X

O Poder Executivo, em relação às colônias, é exercido:

- a) Pelo Conselho de Ministros;
- b) Pelo Ministro das Colônias;
- c) Pelo governador da colônia.

Compete ao Conselho de Ministros:

1.º. A nomeação e exoneração, sob proposta do Ministro das Colônias, dos Altos Comissários;

2.º. A nomeação e exoneração, antes de findo o tempo da comissão, sob proposta do Ministro das Colônias, dos governadores-gerais e governadores de colônia.

Compete ao Ministro das Colônias:

1º. A orientação, superintendência e fiscalização do governô e administração de cada colônia;

2º. Manter no território das colônias a soberania nacional e o exacto cumprimento das leis;

3º. A nomeação e exoneração dos governadores de distrito e chefes de serviço da colônia, sob proposta do respectivo governador;

4º. A nomeação, promoção, transferência, aposentação e demissão dos funcionários dos quadros comuns a mais de uma colônia;

5º. Dar prévias instruções ou assentimento às nomeações e promoções definitivas e exonerações, da competência dos governos das colônias, referentes a funcionários cujo vencimento de categoria seja superior ao de primeiro oficial ou para cuja nomeação se deva legalmente exigir o diploma de um curso superior;

6º. A nomeação para em comissão servirem nas colônias, e as transferências entre estas, dos militares da armada e do exército;

7º. O exercício de todas as atribuições que as cartas orgânicas não conferirem ao governador da colônia.

Compete aos governadores das colônias exercer, por intermédio das direcções ou repartições de serviço e das autoridades administrativas e militares suas subordinadas, todas as demais atribuições do Poder Executivo com as restrições e limitações estabelecidas nas cartas orgânicas.

As disposições regulamentares contrárias aos preceitos dos diplomas regulamentados são tidas como inexistentes, não podendo ser invocadas nos tribunais ou repartições públicas.

Das funções judiciais e de contencioso

BASE XI

O Poder Judicial nas colónias terá por órgão o Supremo Tribunal de Justiça da metrópole e tribunais de 1.^a. e 2.^a. instância privativos das colónias.

Os tribunais de 1.^a. e 2.^a. instância serão distribuídos pelas colónias conforme as necessidades da administração da justiça o exigirem.

Os juizes do quadro da magistratura das colónias são vitalícios e inamovíveis. As suas nomeações, demissões, suspensões, promoções e transferência e colocação fora do quadro serão feitas nos termos da lei orgânica da mesma magistratura.

BASE XII

Para a resolução de questões entre indígenas podem ser investidos, nas funções de julgar, funcionários ou tribunais especiais ou as autoridades administrativas locais.

Os costumes indígenas serão aceites desde que não ofendam os direitos de soberania ou não repugnem aos princípios da humanidade.

BASE XIII

Em cada colónia haverá um tribunal de contencioso, denominado "Tribunal administrativo, fiscal e de contas" composto de magistrados judiciais e funcionários públicos.

Também podem fazer parte deste tribunal vogais não funcionários públicos, eleitos pelo conselho do governo.

Das decisões do tribunal haverá recurso para o Conselho Superior das Colónias. Na composição e atribuições do tribunal administrativo, fiscal e de contas ter-se-ão em atenção as condições especiais e grau de de-

seu desenvolvimento de cada colônia.

Das instituições municipais e serviços autônomos

BASE XIV

Nos concelhos e outras áreas administrativas em que nos últimos vinte anos a administração municipal tenha sido exercida por comissões municipais em maior período de tempo do que por câmaras municipais eleitas, serão as instituições municipais obrigatoriamente substituídas por comissões urbanas.

As comissões urbanas são constituídas por vogais de nomeação do governador da colônia ou em parte de nomeação e em parte de eleição, conforme a importância e grau de desenvolvimento dos respectivos concelhos ou áreas administrativas, podendo, tanto num caso como noutro, ser nomeados ou eleitos, até o máximo de um terço, os estrangeiros com residência habitual na colônia, por tempo não inferior a cinco anos e que saibam ler e escrever português.

São inelegíveis para as instituições municipais e comissões urbanas os funcionários públicos, civis ou militares, em serviço activo na colônia, os quais podem porém ser nomeados.

Os serviços das comissões urbanas são para todos os efeitos considerados serviços públicos.

BASE XV

Pode o governador da colônia, com voto afirmativo do conselho do governo, dar autonomia administrativa e económica a serviços que por sua natureza e especialidade dela careçam.

As comissões urbanas e os serviços autônomos estão sujeitos à superintendência dos chefes de serviço a que pertencerem e à fiscalização do chefe de serviço de fa

zenda da colónia.

Dos Altos Commissariados

BASE XVI

Em casos excepcionais e quando o julgar conveniente pode o Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Colónias, submeter temporariamente ao regime de Altos Commissariados uma colónia ou um grupo de colónias.

Os altos commissários terão, além de todas as atribuições dos governadores-gerais, as que lhes forem conferidas no decreto que submeter a colónia ou grupo de colónias àquele regime.

O Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Colónias, poderá, sempre que as circunstâncias se modificarem, ampliar ou restringir as atribuições conferidas por decreto aos Altos Commissários.

Sob proposta do Alto Commissário podem ser contratados pelo Ministro das Colónias, por período de tempo não superior a um ano, que poderá ser renovado, técnicos especiais para coadjuvarem o Alto Commissário no estudo dos problemas da administração da colónia.

Disposições transitórias

BASE XVII

A carta orgânica de cada colónia será promulgada pelo Governo da metrópole, devendo os governadores dentro do prazo de um ano, a contar da sua publicação no Boletim Oficial, e ouvidos os conselhos de governo, propor as alterações que entenderem a bem da administração da colónia, a fim de serem apreciadas pelo Ministro com o parecer do Conselho Superior das Colónias.

Dentro do mesmo prazo de um ano cada colónia elaborará o projecto do seu Código Administrativo, que será submetido à aprovação do Ministro.

São mantidas as secretarias provinciais da colónia de Angola enquanto o Alto Comissário o julgar necessário.

TITULO II

Da administração financeira

Da autonomia financeira

BASE XVIII

As colónias gozam, sob a fiscalização da metrópole, de autonomia financeira nos termos constantes destas bases.

BASE XIX

A colónia é pessoa moral, tendo, nessa qualidade, capacidade para adquirir, contratar e estar em juízo.

BASE XX

Cada colónia tem o seu activo e o seu passivo próprios, competindo-lhe a disposição das suas receitas e a responsabilidade das suas despesas.

BASE XXI

São considerados propriedade da colónia, dentro dos

limites do seu território, os bens mobiliários e imobiliários que não sejam propriedade de outrem, os existentes fora deles por elas legalmente adquiridos e bem assim as acções e outros títulos, dividendos, bônus e participações que possua ou venha a possuir.

Das receitas e despesas

BASE XXII

Constituem receitas das colónias, quer próprias, quer dos municípios, os rendimentos, impostos e taxas cobrados no seu território e os que, cobrados fora dele, lhes pertençam por disposição expressa da lei, bem como os que, directa ou indirectamente, provenham dos seus bens, serviços e das concessões e explorações feitas pe lo Estado ou em que este participe.

BASE XXIII

Cada colónia tem o seu orçamento privativo, elaborado segundo um plano uniforme.

O orçamento da colónia, nela preparado e discutido em conselho do governo, será remetido ao Ministério das Colónias dentro do prazo fixado na sua carta orgânica. Não podem nele ser incluídas despesas que não estejam autorizadas por diploma legal à data do início da sua discussão.

O orçamento entra em execução depois de aprovado pelo Ministro das Colónias, vigorando, na parte relativa à despesa ordinária, no ano económico a que disser respeito e no imediato.

Se o orçamento tiver dado entrada no Ministério das Colónias no prazo legal e este nenhuma resolução to mar até 30 de Junho, começará a vigorar em 1 de Julho; sendo remetido fora desse prazo, continuará por duodéci mos o orçamento anterior, só sendo válidos no novo orça

mento os duodécimos referentes aos meses ainda não decorridos. Nesta hipótese o governador, antes de findar o ano económico, prestará esclarecimentos sobre os motivos da demora na remessa ao Ministro das Colónias, que tomará as providências que julgar necessárias.

BASE XXIV

A acção do Ministro sobre o orçamento das colónias exerce-se pela verificação e correcção do cômputo das receitas e pela verificação da legalidade das despesas inscritas.

BASE XXV

Constituem encargos obrigatórios da colónia as despesas com a administração e exploração local, com o fabrico da sua moeda, valores selados e postais, com o fomento dos seus territórios, anuidades dos empréstimos e encargos que tiver assumido ou lhe sejam impostos por virtude de contrato ou expressa determinação da lei, e as passagens e manutenção dos deportados, degredados, vadios e outros indivíduos enviados para outras colónias por determinação dos seus tribunais ou autoridades.

BASE XXVI

Continuam sendo encargo da metrópole as despesas consideradas de soberania, incluindo a do Padroado do Oriente.

São também encargos da metrópole:

As missões políticas, de civilização, propaganda e estudo, quando da sua iniciativa;

Os subsídios totais ou parciais a companhias de navegação, de telegrafia e análogos;

As passagens e manutenção de deportados, degredados, vadios e outros indivíduos transportados para as colónias por determinação dos seus tribunais ou autorias

dades administrativas.

BASE XXVII

A colônia discute e vota, no decurso da vigência do orçamento e nos limites da sua competência, diplomas de criação, alteração ou supressão dos seus serviços, que serão executórios desde logo se daí não resultar aumento de despesa, mas se for necessário criar nova receita não entrará em vigor o respectivo diploma sem prévia aprovação do Ministro das Colônias.

Tornar-se-á porém executório se este se não pronunciar no prazo de três meses contados da sua entrada no Ministério.

Os diplomas que tratam de alargamento de quadros ou de aumento de vencimentos, quer globais quer parciais, não poderão em caso algum ser postos em execução sem expressa aprovação do Ministro das Colônias.

Se o projecto orçamental se encerrar com deficit, cessa para a colônia o regime de autonomia financeira até que se restabeleça o equilíbrio orçamental.

BASE XXVIII

Os empréstimos a realizar são de iniciativa do governo da província, salvo quando se tratar de operações destinadas a mais de uma colônia ou de empréstimos externos, que serão sempre aqueles e estes avalizados pelo Governo da metrópole.

As colônias podem negociar entre si a realização de empréstimos.

As operações de crédito, quando o orçamento apresente deficit, serão efectuadas com expressa aprovação do Ministro das Colônias.

Da execução do orçamento

BASE XXIX

O ordenamento da despesa compete ao governador dentro dos limites orçamentais. Poderá contudo o governador, por meio de portaria publicada no Boletim Oficial, delegar, sob sua responsabilidade, parte da sua competência no que respeitar a despesas correntes de administração.

E-lhe também facultado ordenar transferências de verbas, dentro do mesmo capítulo, em portaria justificativa, e de capítulo para capítulo, com o voto afirmativo do conselho do governo.

Ao governador, em conselho do governo, é permitido autorizar a abertura de créditos extraordinários para acudir a qualquer calamidade pública ou ocorrência de excepcional urgência, comunicando o facto, simultaneamente e pela via mais rápida, ao Ministro das Colónias, e podendo-lhe igualmente propor a abertura de créditos especiais que serão acompanhados da proposta da receita correspondente ou eliminação efectiva da despesa.

Quer no caso das transferências quer no dos créditos, nunca as verbas de material poderão ser applicadas em despesas com o pessoal.

BASE XXX

A colónia cabe a iniciativa do lançamento e alteração ou supressão de taxas e impostos no seu território, sem quebra das estipulações internacionais.

O lançamento, alteração ou supressão de taxas e impostos que recaiam sobre indígenas é da exclusiva competência do governador, como único responsável pela direcção da politica indígena.

Da fiscalização financeira

BASE XXXI

A fiscalização da administração financeira das colónias é exercida pelo Ministro das Colónias directamente ou por intermédio de inspecções extraordinárias nos termos em que for estipulado dentro da doutrina destas bases, evitando, quanto possível, tolher a iniciativa dos governos coloniais.

A fiscalização das ordens do governador em matéria de administração financeira e a regularidade da execução dos serviços de contabilidade pública de cada colónia incumbem aos respectivos serviços de fazenda.

Ao tribunal administrativo, fiscal e de contas compete exercer também a função do exame e visto dos contratos e diplomas análogos aos que na metrópole estão sujeitos ao exame e visto do Conselho Superior de Finanças.

BASE XXXII

Subsiste no regime dos Altos Commissariados a fiscalização a que se refere a base anterior.

BASE XXXIII

As colónias enviarão ao Ministério, em prazos estabelecidos para cada uma delas, uma conta resumo, por capítulos, das receitas e despesas orçamentadas, dos rendimentos arrecadados e das despesas realizadas, organizada por trimestres.

As colónias remeterão ao Ministério, em prazos determinados, segundo a extensão do seu território, as contas do seu exercício.

BASE XXXIV

Se alguma colónia deixar de cumprir quaisquer obrigações por ela assumidas no exercício da administração financeira, só ao Ministro das Colónias compete impor o cumprimento dessas obrigações e torná-las efectivas, com a faculdade de à colónia se substituir para esse efeito e de suspender ou limitar as atribuições de administração financeira que por estas bases lhe são conferidas.

TÍTULO III

Das relações comerciais entre as colónias e a metrópole e destas entre si

BASE XXXV

As mercadorias produzidas na metrópole gozam, ao serem importadas em qualquer colónia, de uma redução não inferior a 50 por cento sobre os direitos da pauta que vigorar; reciprocamente, as mercadorias produzidas em qualquer colónia gozam de igual benefício ao serem importadas na metrópole ou em outras colónias.

As mercadorias reexportadas pelos portos do continente para as colónias gozam da redução de 20 por cento, mas este benefício nas colónias da costa ocidental da África só será concedido à carga transportada sob bandeira nacional, sem quebra das estipulações internacionais.

As mercadorias procedentes de portos estrangeiros, quando transportadas em navios nacionais, gozam de uma redução de 10 por cento, sem quebra das estipulações internacionais.

E mantido o actual regime dos açúcares enquanto

por diploma especial não for modificado.

BASE XXXVI

O princípio do diferencial de tributação sobre os produtos exportados das colônias em navios nacionais para portos nacionais ou estrangeiros será mantido enquanto os fretes nestes navios não excederem os exigidos em navios estrangeiros.

BASE XXXVII

Cada colônia organizará o seu regime pautal dentro dos termos expressos nestas bases por forma a entrar em execução dentro do prazo de um ano.

Art. 2º. - Fica revogada a legislação em contrário. Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado no "Boletim Oficial" de todas as colônias.

Paços do Governo da República, 2 de Outubro de 1926.
- António Oscar de Fragoso Carmona - Manuel Rodrigues Júnior - João José Sinel de Cordes - Jaime Afreixo - António Maria de Bettencourt Rodrigues - Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa - João Belo - Artur Ricardo Jorge - Felisberto Alves Pedrosa.

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS CENTRAIS

Repartição do Pessoal Civil Colonial

Secção Autónoma de Justiça e Cultos

Decreto nº. 12.422

No regime transitório do decreto nº. 8.803, de 4 de Maio de 1923, foi permitido aos funcionários de justiça já aposentados integrarem-se nas disposições daque le diploma.

Tornando assim extensivos os seus benefícios aos funcionários já aposentados, não atendeu aos que à data da sua publicação se encontravam na situação de desliga dos do serviço aguardando a aposentação.

Sendo pois de absoluta equidade que a estes funcionários se estenda igualmente o regime transitório daque le diploma, visto que não é justo que sofram as consequências das demoras do processo de aposentação, única ra zão por que à data da publicação do decreto se não encon travam já aposentados.

Tendo em vista que com esta doutrina concorda unânimemente a Procuradoria Geral da República:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º. - As disposições do decreto nº. 8.803, de 4 de Maio de 1923, são applicáveis, desde que entrou em vigor, aos funcionários que se encontravam desliga dos do serviço aguardando a aposentação ao tempo da sua publicação.

Art. 2º. - Fica revogada a legislação em contrário. Determina-se portanto a todas as autoridades a quem

o conhecimento e execução do presente decreto com força de Lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado nos "Boletins Officiais" de todas as colónias.

Dado nos Paços do Govêrno da República, em 30 de Setembro de 1926. - António Oscar de Fragoso Carmona -
- Manuel Rodrigues Júnior - João José Sinel de Cordes -
- Jaime Afreixo - António Maria de Bettencourt Rodrigues -
- Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa - João Belo -
- Artur Ricardo Jorge - Felisberto Alves Pedrosa.

VIII

BASES ORGÂNICAS DE BACELAR BEBIANO

"Decreto 15.241"

As bases orgânicas da administração colonial, aprovadas por decreto nº. 12.421, de 2 de Outubro de 1926, da iniciativa do Ministro das Colônias, comandante João Belo, justificavam-se pela forma seguinte:

As bases orgânicas por que as colônias se têm regido, descendo por vezes a minuciosidades próprias de matéria regulamentar, não conseguiram contudo obstar, durante a sua vigência, à desorganização administrativa financeira em que as colônias se encontram.

A experiência tem assim demonstrado a absoluta necessidade de remodelar a administração colonial.

O Governo, compreendendo essa necessidade, orienta a sua acção nos princípios seguintes:

- a) Unidade política do território colonial;
- b) Continuação do regime de autonomia administrativa e financeira com uma mais eficaz superintendência e fiscalização da metrópole;
- c) Definição, tendente a evitar confusões, da competência da metrópole e dos governos das colônias em matéria legislativa e executiva;
- d) Cessação do regime municipal nas regiões onde ele, apesar de longo regime de assimilação, ainda não conseguiu criar raízes;
- e) Exclusão nas bases orgânicas de disposições es-

peciais ou regulamentares a fim de elas terem a elasticidade precisa para dentro dos seus preceitos gerais, mas rígidos, se poderem formular as cartas orgânicas e códigos administrativos de cada colônia;

f) Modificação do regime dos Altos Comissários no sentido da possibilidade da sua adaptação às circunstâncias excepcionais de diversa natureza que determinam em cada caso particular a necessidade de tal regime..

São estes os princípios que orientam o Governo na projectada reforma da Constituição Política em matéria de administração colonial.

Têm eles em vista a neutralização política da administração das nossas colônias.

A experiência veio, porém, demonstrar a necessidade de, para conseguir todos os objectivos em vista, esclarecer e completar algumas das disposições do referido diploma, o que agora se mostra de uma grande oportunidade para a revisão das cartas orgânicas das colônias prevista no mesmo diploma e a que tem de ser dada execução dentro de breve prazo.

Não alteram essas modificações a orientação essencial própria das bases decretadas em 1926. Mas, apesar disso, pareceu de toda a conveniência promulgar um novo diploma codificando nele toda a matéria de bases orgânicas com o fim de facilitar a sua consulta e referência.

Nestes termos:

Usando da faculdade que me confere o nº. 2º. do artigo 2º. do decreto nº. 12.740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º. - São aprovadas as seguintes bases orgânicas da administração colonial:

BASES ORGÂNICAS DA ADMINISTRAÇÃO COLONIALTÍTULO I

Do território colonial português

BASE I

O território do Império Colonial Português é o existente à data da publicação destas bases.

A Nação Portuguesa não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter a qualquer outro território colonial.

O Império Colonial Português é formado pelas colônias portuguesas.

As colônias podem ser divididas em distritos e os distritos compreendem áreas administrativas adequadas às circunstâncias de umas e de outros.

TÍTULO II

Da administração civil

Dos direitos e garantias individuais

BASE II

São garantidos a nacionais e estrangeiros residentes nas colônias os direitos concernentes à liberdade, segurança individual e propriedade, nos termos das leis

em vigor.

Tanto a nacionais como a estrangeiros pode ser recusada a entrada em qualquer colônia e ordenada a expulsão para outro lugar da colônia ou para outra parte do território nacional, se da sua presença resultarem graves inconvenientes de ordem interna ou internacional, cabendo unicamente recurso destas resoluções para o Conselho de Ministros.

BASE III

O estatuto político, civil e criminal dos indígenas obedecerá a preceitos especiais concernentes aos seus direitos e deveres e tendentes à defesa das suas pessoas e propriedades, singulares ou colectivas.

Sempre que nos usos e tradições de raça, tribu ou outros agrupamentos indígenas subsistir a noção ou prática de instituições próprias, embora rudimentares, para o governo do agrupamento ou para a administração dos seus interesses colectivos, serão elas utilizadas, procurando-se aperfeiçoá-las a bem da administração da colônia.

Os costumes indígenas serão aceitos desde que não ofendam o direito de soberania ou não repugnem aos princípios da humanidade.

Da administração em geral

BASE IV

Cada colônia constitui um organismo administrativo autónomo, sob a superintendência e fiscalização do Ministro das Colônias.

As colônias divididas em distritos são governadas por governadores gerais e as outras por governadores de

colónia, uns e outros directamente subordinados ao Ministro das Colónias.

Haverá um governador em cada distrito. No da capital da colónia as funções correspondentes serão, em regra, exercidas pelo governador-geral

O tempo de comissão dos governadores-gerais, governadores de colónia e governadores de distrito é de quatro anos, podendo ser reconduzidos, uma ou mais vezes, por igual período de tempo.

BASE V

Junto do governador de cada colónia e por ele presidido funcionará, com atribuições deliberativas e consultivas, um conselho do govêrno, composto de vogais na tos funcionários públicos, vogais de nomeação do governador e vogais eleitos.

Não poderão ser vogais de nomeação nem de eleição os funcionários do Estado e dos corpos administrativos em serviço activo na colónia.

Serão sempre em número igual os vogais de nomeação e os de eleição.

É garantida a todos os vogais do conselho do govêrno a absoluta liberdade de voto.

Haverá no conselho do govêrno uma secção permanente, especialmente encarregada de dar parecer sobre os regulamentos necessários à boa execução dos diplomas vi gentes na colónia e com as depaís atribuições de carácter executivo que constarem da carta orgânica.

Na composição e atribuições do conselho do govêrno ter-se-á em atenção, em relação a cada colónia, o seu grau de desenvolvimento.

Junto de cada governador de distrito e por ele pre sidido funcionará um conselho de distrito.

BASE VI

Os serviços da administração geral de cada colónia compreendem:

- 1º. Os serviços da administração propriamente dita;
- 2º. Os serviços militares.

Os serviços da administração propriamente dita serão tratados por direcções de serviços ou por simples repartições de serviços, que poderão ser diferentes de colónia para colónia, devendo restringir-se sempre ao número absolutamente indispensável para o estudo dos as suntos e execução do serviço.

Os serviços militares do exército funcionarão nos termos das bases decretadas para a reorganização do exército colonial, sendo tratados, transitòriamente, por quartéis generais ou repartições militares; os serviços militares de marinha estarão, cumulativamente com os da administração propriamente dita, a cargo de departamentos marítimos ou capitánias de portos.

No estudo dos assuntos de que directamente se incumbirem e nas funções de representação do seu cargo, os governadores terão sob a sua directa superintendência um gabinete, a cargo de um secretário particular ou aju dante de campo.

Nas colónias de govêrno-geral estas funções podem ser ampliadas e desempenhadas por uma repartição do gabinete.

BASE VII

Constitui matéria da carta orgânica de cada colónia a definição das condições de nomeação e do exercício do cargo de governador e da sua competência, a composição, exercício de funções e atribuições do conselho do govêrno e da sua secção permanente, a composição e

atribuições do tribunal administrativo, fiscal e de contas, as disposições gerais da organização dos serviços da administração geral e a fixação das direcções e repartições de serviços.

Constitui matéria do código administrativo de cada colónia a divisão administrativa do território, a organização da administração dos distritos e das outras divisões administrativas, a constituição, exercício de funções e competência dos conselhos de distrito, instituições municipais e comissões urbanas e o respectivo contencioso.

Todos os demais assuntos de administração colonial serão regulados em diplomas especiais.

Das funções legislativas

BASE VIII

As funções legislativas, em relação às colónias, são exercidas:

Pelo Congresso da República;

Pelo Ministro das Colónias, assistido do Conselho Superior das Colónias;

Pelo governador da colónia, assistido do conselho do govêrno da colónia.

a) Compete ao Congresso da República legislar sobre:

1º. Alterações das bases orgânicas da administração colonial, propostas pelo Ministro das Colónias;

2º. Alienação da propriedade ou do uso de alguma parte do território colonial em favor de nação ou colónia estrangeira;

3º. Alteração dos limites de qualquer colónia;

- 4º. Declaração de guerra e conclusão da paz;
- 5º. Concessões que envolvam direitos de soberania;
- 6º. Aprovação de empréstimos com garantias especiais;
- 7º. Aprovação de tratados, acordos ou convenções com nações ou colónias estrangeiras.

b) Compete ao Ministro das Colónias, com o voto consultivo do Conselho Superior das Colónias, legislar sobre:

- 1º. Providências que devam vigorar em mais de uma colónia;
- 2º. Alterações de disposições legislativas em vigor em mais de uma colónia;
- 3º. Vencimentos dos governadores-gerais, de colónia e de distrito, directores de serviços e chefes de repartição de serviços;
- 4º. Vencimentos metropolitanos e regime disciplinar, de licenças e passagens dos funcionários coloniais, e condições de nomeação, promoção e outras conexas dos funcionários de quadros comuns a mais de uma colónia;
- 5º. Organização militar de cada colónia;
- 6º. Alteração da divisão judicial de cada colónia;
- 7º. Assuntos que interessem a uma só colónia e envolvam alteração das suas receitas ou despesas orçamentadas, quando se encontrar em regime deficitário;
- 8º. Aprovação de empréstimos que, somados aos encargos de empréstimos ou contratos anteriores, produzam encargo superior a 10 por cento da receita anual da colónia ou tenham de ser amortizados em mais de quinze anos;
- 9º. Organização da fiscalização da administração financeira colonial, e preceitos de contabilidade pública

ca que deverem ser observados, para esse efeito, em todas as colónias;

10º. Alteração do regime monetário e fiduciário de qualquer colónia;

11º. Aprovação de acordos ou convenções entre colónias portuguesas;

12º. Transferência para qualquer governador-geral ou de colónia de atribuições de carácter executivo ao Ministro conferidas por diplomas legais em vigor;

13º. Bases para a regulamentação do trabalho indígena, e definição do estatuto político, civil e criminal dos indígenas e suas alterações;

14º. Rejeição, no todo ou em parte, dos diplomas legislativos da competência dos governadores das colónias, mas só quando o Conselho Superior das Colónias com eles não concordar;

15º. Alterações às cartas orgânicas das colónias.

c) Compete ao governador da colónia, com o voto afirmativo do conselho do governo, legislar sobre todos os demais assuntos com as restrições contidas nestas bases.

No caso de o governador se não conformar com o voto do conselho do governo, resolverá o Ministro, ouvido o Conselho Superior das Colónias, mandando ou não promulgar o respectivo diploma.

A carta orgânica de cada colónia designará, conforme as circunstâncias locais e o respectivo grau de desenvolvimento, os actos que não podem ser determinados por diplomas legislativos do governo da colónia sem aprovação do Ministro das Colónias, e fixará o prazo além do qual essa aprovação se considera tácitamente dada, salvo os casos para os quais nestas bases se exigir aprovação expressa.

BASE IX

Em casos de urgência inadiável, estando o Congresso da República encerrado ou não resolvendo este o assunto no prazo de trinta dias, a contar da apresentação da respectiva proposta, pode o Ministro das Colônias, com voto afirmativo do Conselho Superior das Colônias, por ele pessoalmente presidido, legislar sobre os assuntos mencionados nos nºs. 1º., 6º. e 7º. da competência do Congresso da República.

Em casos de urgência inadiável poderá também o governador da colônia, mediante autorização pedida telegraficamente ao Ministro das Colônias, e com o voto afirmativo do conselho do governo, resolver sobre os assuntos mencionados nos nºs. 2º. e 7º. da competência do Ministro.

Das funções executivas

BASE X

O poder executivo, em relação às colônias, é exercido:

Pelo Conselho de Ministros;
Pelo Ministro das Colônias;
Pelo governador da colônia.

a) Compete ao Conselho de Ministros a nomeação, e a exoneração antes de findo o tempo da comissão, sob proposta do Ministro das Colônias, dos governadores gerais e governadores de colônia;

b) Compete ao Ministro das Colônias:

1º. A orientação, superintendência e fiscalização do governo e administração de cada colônia;

2º. A manutenção, no território das colônias, da soberania nacional e do exacto cumprimento das leis;

3º. A nomeação, e a exoneração antes de findo o tempo da comissão, dos governadores de distrito, sob proposta do respectivo governador-geral;

4º. A nomeação e exoneração dos directores de serviços e chefes de repartição de serviços, feitas sob proposta do respectivo governador quando não pertençam a quadros comuns;

5º. A nomeação, promoção, confirmação, transferência, aposentação e exoneração dos funcionários dos quadros comuns a mais de uma colónia;

6º. A transferência e promoção dos funcionários de quadros privativos de uma colónia para quadros de serviços idênticos de outra colónia;

7º. Dar prévias instruções ou assentimento ao provimento definitivo por nomeação, promoção ou confirmação, e à exoneração, da competência dos governadores das colónias, referentes a funcionários cujo vencimento de categoria for superior ao de primeiro oficial ou para cuja nomeação seja exigido o diploma de um curso superior;

8º. A nomeação para em comissão servirem nas colónias, e as transferências entre estas, dos militares da armada e do exército;

9º. A anulação, por meio de portaria, de diplomas de carácter legislativo ou regulamentar dos governadores das colónias que forem ilegalmente feitos ou publicados;

10º. O exercício de todas as atribuições que lhe forem conferidas em diplomas legais e das que, exceptuadas nas cartas orgânicas da competência do governador, não estiverem atribuídas a outra entidade.

c) Compete ao governador da colónia exercer todas as demais atribuições do poder executivo com as restrições e limitações estabelecidas nas cartas orgânicas.

As disposições regulamentares contrárias aos preceitos dos diplomas regulamentados são tidas como in-existent, não podendo ser invocadas nos tribunais ou repartições públicas.

Das funções judiciais e de contencioso

BASE XI

O poder judicial nas colónias terá por órgão o Supremo Tribunal de Justiça da metrópole e tribunais de 1ª. e 2ª. instância privativos das colónias.

Os tribunais de 1ª. e 2ª. instância serão distribuídos pelas colónias conforme as necessidades da administração da justiça o exigirem.

Os juizes do quadro da magistratura das colónias são vitalícios e inamovíveis. As suas nomeações, demissões, suspensões, promoções e transferência e colocação fora do quadro serão feitas nos termos da organização judiciária das colónias.

BASE XII

Para resolução de questões entre indígenas podem ser investidos, nas funções de julgar, funcionários ou tribunais especiais ou as autoridades administrativas locais.

BASE XIII

Em cada colónia haverá um tribunal de contencioso, denominado "tribunal administrativo, fiscal e de contas", composto de magistrados judiciais e funcionários

públicos. Também podem fazer parte desse tribunal vogais não funcionários públicos, eleitos pelo conselho do governo.

Na sua composição e atribuições ter-se-á em atenção o grau de desenvolvimento de cada colônia.

Das decisões destes tribunais haverá recurso para o Conselho Superior das Colônias.

Das instituições municipais e serviços autônomos

BASE XIV

Nos concelhos e outras áreas administrativas em que nos últimos vinte anos a administração municipal te nha sido exercida por comissões municipais em maior período de tempo do que por câmaras municipais eleitas, se rão as instituições municipais obrigatoriamente substituídas por comissões urbanas.

As comissões urbanas são constituídas por vogais de nomeação do governador da colônia ou em parte de nomeação e em parte de eleição, conforme a importância e grau de desenvolvimento dos respectivos concelhos ou áreas administrativas, podendo, tanto num caso como no tro, ser nomeados ou eleitos, até o máximo de um terço, os estrangeiros com residência habitual na colônia, por tempo não inferior a cinco anos, que saibam ler e escre ver português.

Os serviços das comissões urbanas são para todos os efeitos considerados serviços públicos e como tais sujeitos à superintendência e fiscalização dos competen tes organismos da administração da colônia.

São inelegíveis para as instituições municipais e comissões urbanas os funcionários públicos, civis e militares, em serviço activo na colônia, que pertençam à magistratura judicial e do Ministério Público, a servi-

ços de fiscalização ou de carácter executivo da administração da colónia.

BASE XV

Pode o governador da colónia, com voto afirmativo do conselho do governo, dar autonomia administrativa e económica a serviços públicos que por sua natureza e especialidade dela careçam, os quais contudo ficarão sujeitos às competentes fiscalização financeira e superintendência administrativa.

Do regime de Altos Commissariados

BASE XVI

Em casos excepcionais e quando o julgar conveniente pode o Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Colónias, submeter temporariamente ao regime de Altos Commissariados uma colónia ou um grupo de colónias. A nomeação e exoneração do Alto Commissário são da competência do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Colónias, applicando-se à determinação dos seus vencimentos o disposto no nº. 3º. da alínea b) da base VIII.

O Alto Commissário terá, além das atribuições de governador da colónia sede do Alto Commissariado, as do Ministro das Colónias que lhe forem conferidas no decreto que submeter a colónia ou grupo de colónias àquele regime.

O Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Colónias, poderá, sempre que as circunstâncias se modificarem, ampliar ou restringir as atribuições conferidas por decreto ao Alto Commissário.

Sob proposta do Alto Commissário, podem ser contratados pelo Ministro das Colónias, por período de tempo não superior a um ano, que poderá ser renovado, técnicos

cos especiais para o coadjuvarem no estudo dos problemas da administração.

Disposições transitórias

BASE XVII

O Ministro das Colónias fará a revisão das actuais cartas orgânicas, introduzindo-lhes as modificações resultantes destas bases e as que a experiência tiver aconselhado, tendo em vista o que a tal respeito tiver sido proposto pelos respectivos governadores.

Dentro do prazo de um ano cada colónia elaborará o projecto do seu código administrativo, que será submetido à aprovação do Ministro.

São mantidos os secretários provinciais da colónia de Angola enquanto o actual Alto Comissário o julgar necessário.

TITULO III

Da administração financeira

Da organização financeira

BASE XVIII

Cada colónia constitui uma entidade financeira autónoma, sob a superintendência e fiscalização do Ministro das Colónias, e é pessoa moral, tendo, nesta qualidade, capacidade para adquirir, contratar e estar em juízo.

BASE XIX

A colónia tem o seu activo e o seu passivo próprios, competindo-lhe a disposição das suas receitas e a responsabilidade das suas despesas.

BASE XX

São considerados propriedade de cada colónia, dentro dos limites do seu território, os bens mobiliários e imobiliários que não sejam propriedade de outrem, os existentes, fora desses limites, por ela legalmente adquiridos, e bem assim as acções e outros títulos, dividendos, bónus e participações que possua ou venha a pos suir.

Das receitas e despesas

BASE XXI

Constituem receitas de cada colónia, quer próprias, quer das suas instituições municipais, os rendimentos, impostos e taxas cobrados no seu território e os que co brados fora dele lhe pertençam por disposição expressa da lei, bem como os que directa ou indirectamente prove^{ve} nham dos seus bens, serviços e das concessões e explora^{ção} ções feitas pelo Estado ou em que este participe.

BASE XXII

Compete a cada colónia estabelecer, alterar ou suprimir taxas e impostos no seu território sem quebra das estipulações internacionais.

O estabelecimento, alteração ou supressão de todas e quaisquer taxas e impostos que recaiam sobre indígenas é da exclusiva competência do governador da colónia,

como único responsável pela direcção da política indígena.

BASE XXIII

Cada colónia tem o seu orçamento privativo, elaborado segundo um plano uniforme.

O orçamento geral da colónia, nela preparado e discutido em conselho do governo, será remetido ao Ministério das Colónias, dentro do prazo fixado na sua carta orgânica, não podendo nele ser incluídas despesas que não estejam autorizadas por diploma legal à data do início da sua discussão.

O orçamento geral é mandado executar por diploma legislativo da colónia, depois de aprovado pelo Ministro das Colónias e com as alterações que este tiver determinado nos termos da base XXIV. Começará, porém, a vigorar em 1 de Julho se, tendo dado entrada no prazo legal no Ministério das Colónias, acompanhado dos respectivos elementos, e não apresentar deficit, o Ministro nenhuma resolução houver tomado até 30 de Junho.

Quando o orçamento for remetido ao Ministério das Colónias fora do prazo legal ou quando o Ministro lhe recusar a sua aprovação, continuará em vigor, por duodécimos, mas só quanto à despesa ordinária, o orçamento do ano antecedente e os créditos nesse ano sancionados para ocorrer a novos encargos permanentes. Do orçamento que vier a ser posteriormente sancionado pelo Ministro só serão válidos os duodécimos referentes aos meses ainda não decorridos.

BASE XXIV

A acção do Ministro sobre o orçamento de cada colónia exerce-se pela verificação e correcção do cômputo das receitas e pela verificação da legalidade e exacti-

dão das despesas inscritas.

No caso de situação deficitária serão introduzidas no orçamento as correcções consequentes dos decretos que o Ministro resolver imediatamente promulgar nos termos da base VIII. No mesmo caso pode ainda o Ministro reduzir despesas cujo quantitativo não esteja fixado obrigatoriamente.

BASE XXV

Constituem encargo de cada colónia: as despesas com a administração e exploração local, com o fabrico da sua moeda, valores selados e postais, com o fomento dos seus territórios, anuidades dos empréstimos e encargos que tiver assumido ou lhe sejam impostos por virtude de contrato ou expressa determinação da lei; o vencimento do pessoal das classes inactivas na proporção do tempo por que nela houver servido; as passagens e manutenção dos deportados, degredados, vadios e outros indivíduos enviados para outras colónias por determinação dos seus tribunais ou autoridades; o pagamento dos serviços de fiscalização da sua administração financeira; a parte que por lei lhe estiver atribuída no custo de serviços especificados da administração central das colónias; e as despesas com o Conselho Superior das Colónias e sua secretaria e com os tribunais superiores e outros serviços comuns a diversas colónias, na proporção das suas receitas.

BASE XXVI

Constituem encargo da metrópole: as despesas consideradas de soberania, incluindo as do Padroado do Oriente e as da residência de S. João Baptista de Ajudá; as despesas da administração central do Ministério das Colónias; as missões políticas de civilização, propaganda e estudo, quando da sua iniciativa; os subsídios totais

ou parciais a companhias de navegação marítima ou aérea, de telegrafia e análogos; as passagens e manutenção de deportados, degredados, vadios e outros indivíduos transportados para as colónias por determinação dos seus tribunais ou autoridades.

BASE XXVII

Sem aprovação expressa do Ministro das Colónias, os governos coloniais não podem determinar qualquer das seguintes providências:

1º. Criação de lugares remunerados ou alargamento de quadros, quando resultar aumento da despesa da colónia;

2º. Aumento de vencimentos, quer globais quer parciais;

3º. Diminuição de receita que não seja compensada por criação de nova receita ou redução efectiva de despesa;

4º. Promulgação do orçamento geral da colónia que for encerrado com deficit.

Para os efeitos de compensar aumento de despesa ou diminuição de receita, não se considera redução efectiva de despesa o aproveitamento de disponibilidades orçamentais ou a supressão de cargos que não estiverem definitivamente vagos.

Nas colónias deficitárias, a alteração de receitas ou tcepceae oryamcnqatae não potc ecr bcdqa por tdploma legislativo da colónia, salvo na hipótese referida na base IX.

A iniciativa de propostas que diminuam receitas ou tqcgrmdncm novoe cnhargoe, "uanto não ecçam hompensadas por novas receitas ou reduções effectivas de despesa, só pode ser tomada, em conselho do govêrno, pelo governador da colónia.

BASE XXVIII

Os empréstimos são de iniciativa do governo da colônia; mas, tratando-se de operações destinadas a mais de uma colônia ou de empréstimos externos, serão sempre aquelas e estes avalizados pela metrópole.

As colônias podem negociar entre si a realização de empréstimos.

As operações de crédito, quando o orçamento apresente deficit, só poderão ser efectuadas com aprovação expressa do Ministro das Colônias.

Da execução do orçamento

BASE XXIX

O ordenamento da despesa compete ao governador dentro dos limites orçamentais. Poderá contudo o governador, por meio de portaria publicada no Boletim Oficial, delegar, sob sua responsabilidade, parte da sua competência no que respeitar a despesas correntes de administração.

É facultado ao governador ordenar transferências de verbas, dentro do mesmo capítulo, em portaria justificativa; e, de capítulo para capítulo, por diploma legislativo, com o voto afirmativo do conselho do governo.

Para ocorrer a despesas insuficientemente previstas no orçamento da colônia, que não possam ser satisfeitas por transferência de outro capítulo, ou derivadas de novos diplomas, pode o governador, com o voto afirmativo do conselho do governo e a aprovação expressa do Ministro das Colônias, abrir, por diploma legislativo, os créditos especiais necessários, mas o diploma de abertura de crédito deverá simultaneamente determinar a correspondente criação de receita ou efectiva diminuição

de despesa.

Quer no caso de transferência de verbas quer no de abertura de créditos nunca as verbas de material poderão ser aplicadas em despesa com pessoal.

Os diplomas que determinarem novos encargos não entram em execução em nenhuma colônia, quanto a essa determinação, enquanto esses encargos não tiverem cabimento nas verbas próprias do orçamento da colônia ou não forem abertos os créditos especiais para lhes fazer face.

Para acudir a qualquer calamidade pública ou ocorrência de excepcional urgência, pode o governador, sob sua responsabilidade e com o voto afirmativo do conselho do governo, abrir, por diploma legislativo, créditos extraordinários, comunicando o facto, simultâneamente e pela via mais rápida, ao Ministro das Colônias.

BASE XXX

Nenhuma despesa pode ser paga na metrópole, por conta de qualquer colônia, desde que não satisfaça a uma das seguintes condições:

- a) Constituir, por expressa disposição legal, encargo da colônia;
- b) Ser requisitada pelo respectivo governador, com a informação de haver sido ordenada nos termos legais;
- c) Constituir abono de vencimentos feitos nos precisos termos da guia ou comunicação da própria colônia.

A resolução sobre abonos de vencimentos derivados da situação ou serviço em qualquer colônia é da competência do respectivo governador.

Da fiscalização financeira

BASE XXXI

A fiscalização da administração financeira das colónias é exercida pelo Ministro das Colónias directamente ou por intermédio de inspecções extraordinárias, nos termos que forem estipulados dentro da doutrina destas bases, evitando-se, quanto possível, tolher a iniciativa dos governos coloniais.

A fiscalização das ordens do governador em matéria de administração financeira e a regularidade da execução dos serviços de contabilidade pública de cada colónia incumbem aos respectivos serviços de fazenda.

Ao Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas compete exercer também a função do exame e visto dos contratos e diplomas da colónia, análogos aos que na metrópole estão sujeitos ao exame e visto do Conselho Superior de Finanças. No caso de recusa do visto, quando o governador com ela se não conformar, resolverá definitivamente a secção do contencioso do Conselho Superior das Colónias.

BASE XXXII

Subsiste no regime dos altos comissariados a fiscalização a que se refere a base antecedente.

BASE XXXIII

As colónias enviarão ao Ministério, em prazos estabelecidos para cada uma delas, uma conta resumo, por capítulos, das receitas e despesas orçamentadas, dos rendimentos arrecadados e das despesas efectuadas, organizada por trimestre.

As colónias remeterão ao Ministério, em prazos determinados segundo a extensão do seu território, as con-

tas do seu exercício.

BASE XXXIV

Se alguma colônia deixar de cumprir quaisquer obrigações por ela assumidas no exercício da sua administração financeira, só ao Ministro das Colônias compete impor-lhe o cumprimento dessas obrigações e torná-las efetivas, com a faculdade de a colônia se substituir para esse efeito e de suspender ou limitar as atribuições de administração financeira que por estas bases lhe são conferidas.

TÍTULO IV

Das relações comerciais entre a metrópole e as colônias e destas entre si

BASE XXXV

As mercadorias produzidas na metrópole gozam, ao serem importadas em qualquer colônia, de uma redução não inferior a 50 por cento sobre os direitos da pauta que vigorar; as mercadorias produzidas em qualquer colônia gozam de igual benefício ao serem importadas na metrópole ou em outras colônias. Esta redução será sempre calculada sobre o mais baixo direito aplicável às mesmas mercadorias de outras proveniências.

As mercadorias reexportadas pelos portos do continente para as colônias gozam da redução de 20 por cento, mas este benefício nas colônias da costa ocidental da África só será concedido à carga transportada sob bandeira nacional, sem quebra das estipulações internacionais.

As mercadorias procedentes de portos estrangeiros, quando transportadas em navios nacionais, gozam de uma redução de 10 por cento, sem quebra das estipulações inu

ternacionais.

É mantido o actual regime dos açúcares enquanto por diploma especial não for modificado.

BASE XXXVI

No regime de exportação das mercadorias de produção ou manufactura das colónias consignar-se-á sempre o princípio de diferencial de tributação entre a exportação para portos nacionais a bordo de navios nacionais, e para portos estrangeiros a bordo de navios nacionais ou de navios estrangeiros, que será mantido enquanto os fretes nos navios nacionais não excederem os exigidos nos navios estrangeiros.

BASE XXXVII

A redução mencionada na primeira parte da base XXXV, que só pode ser feita dentro dos limites ali prescritos, depende sempre de aprovação expressa do Ministro das Colónias.

Art. 2º. - Fica revogada toda a legislação em contrário e, em especial, as bases orgânicas da administração civil e financeira das colónias, aprovadas pelas leis nºs. 277 e 278, de 15 de Agosto de 1914, com as modificações e aditamentos que lhes foram introduzidos por quaisquer outros diplomas antes do decreto nº. 12.421, de 2 de Outubro de 1926, e as cartas orgânicas coloniais anteriores a esse mesmo decreto.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr.

Para ser publicado nos "Boletins Officiais" de todas as colônias.

Dado nos Paços do Governo da República, em 24 de Março de 1928. - António Óscar de Fragoso Carmona - José Vicente de Freitas - Manuel Rodrigues Júnior - Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa - Agnelo Portela - António Maria de Bettencourt Rodrigues - Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa - Artur Ivens Ferraz - José Alfredo Mendes de Magalhães - Felisberto Alves Pedrosa.